

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Academia de Polícia Civil
Divisão de Recrutamento e Seleção

Edital Nº 05/06 de Concurso Público de Provas para Escrivão de Polícia, inicial da série de classes do quadro de natureza estritamente policial da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

A Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, faz público, pelo presente Edital, que estarão abertas, no período de 22 (vinte e dois) de Janeiro a 04 (quatro) de Fevereiro de 2007, as inscrições para o Concurso Público visando ao provimento de 360 (trezentos e sessenta) vagas para o cargo de Escrivão de Polícia, na inicial da respectiva série de níveis a que se refere o art. 59,"g", da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969-Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais c/c Lei Complementar nº 84, de 25 de Julho de 2005, se destinam às Unidades Policiais do Estado.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Descrição sumária das atividades:

O Escrivão de Polícia é o servidor policial que tem a seu cargo o trabalho de elaboração dos inquéritos policiais e, quando necessário, execução de tarefas administrativas, guarda e conservação das instalações e pertences das Delegacias (Art. 68 da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969 c/c Lei Complementar 84/05).

1.1.1. O cargo de Escrivão de Polícia é um cargo de natureza estritamente policial cujo regime de trabalho se caracteriza pela (artigos 41 e 124 da Lei 5.4706/69):

a) prestação de serviço em condições adversas de segurança, com risco de vida, cumprimento de horários normais e irregulares, sujeito a plantões noturnos e a chamados a qualquer hora e dia, inclusive nos dias de dispensa do trabalho;

b) realização de diligências policiais em qualquer região do Estado ou fora dele.

1.2. Jornada de trabalho:

40 (quarenta) horas semanais, no mínimo, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

1.3. Vencimento:

O vencimento inicial para o cargo de Escrivão é de R\$1.333,90 (hum mil trezentos e trinta e três reais e noventa centavos).

1.4. Vagas

1.4.1. O presente concurso destina-se ao provimento de 360 (trezentos e sessenta) vagas para Escrivão de Polícia Nível I.

1.4.2 . Em consonância com o disposto na Constituição da República (artigo 37, inciso VIII), na Lei Federal nº 7.853/89 (artigo 2º, inciso III), no Decreto Federal nº 3.298/99 (artigo 37), Lei Estadual nº 11.867/95 (artigo 1º) e no Decreto Estadual nº 42.257/02 (artigos 1º e 2º), fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total do número de vagas existentes aos candidatos portadores de deficiência, aprovados no concurso, ou seja, fica reservado o número de 36 (trinta e seis) vagas

1.4.3. No caso de não haver ou de não ser aprovado candidato portador de necessidades especiais, ou se o número deles for inferior às vagas que lhes forem reservadas, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos não portadores de necessidades especiais, eventualmente aprovados, na ordem de classificação.

2 - DAS INSCRIÇÕES

As inscrições poderão ser feitas via INTERNET, salvo os casos estabelecidos nos itens 2.2 e 2.3

2.1. DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

2.1.1. Período: a partir das 9 horas (horário de Brasília) do dia 22 (vinte e dois) de Janeiro a até as 23 horas (horário de Brasília) do dia 04 (quatro) de Fevereiro de 2007, obedecidas as normas constantes deste item.

2.1.1.1. O prazo de encerramento das inscrições será às 23 horas do dia 04 (quatro) do mês de Fevereiro do ano de 2007, obedecendo rigorosamente o horário do expediente bancário para a quitação das taxas de inscrições emitidas.

2.1.1.2. A ACADEPOL não se responsabilizará por eventuais feriados, na data limite do prazo de encerramento, que possam dificultar a quitação da Taxa de Inscrição, impedindo a concretização das mesmas.

2.1.2. Endereço eletrônico: www.acadepol.mg.gov.br

2.1.3. O candidato, para requerer sua inscrição via internet, deverá acessar o endereço eletrônico acima referido e preencher o “Requerimento de Inscrição”, que conterà declaração de que se submete a todas as prescrições do presente Edital, especificando, no espaço próprio, o cargo a que concorre e seguir todas as orientações especificadas na tela.

2.1.3.1. O candidato deverá possuir, obrigatoriamente, CPF e cédula de identidade, com número de registro geral, emitida por órgão do Estado de origem, sem o que a inscrição não poderá ser efetivada.

2.1.4. Não serão aceitas inscrições via internet:

2.1.4.1. Por procuradores.

2.1.4.2. Dos candidatos com solicitação de isenção da taxa de inscrição, em razão do procedimento de caráter específico.

2.1.4.3. Dos candidatos portadores de deficiência, em razão do procedimento de caráter específico.

2.1.5. Após digitar e enviar os dados, o candidato deverá imprimir “Documento de Arrecadação Estadual – DAE” (modelo 06.01.11, que contém um código de barras específico, conforme preceituado no Manual Operacional do Usuário/OPR-S5 da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais) para efetuar o pagamento da taxa de inscrição, no valor expresso no item 2.1.6. O “DAE” será emitido em nome do requerente e deverá ser pago até o dia de vencimento nele constante.

2.1.5.1. Por razões técnicas, a impressão do “DAE” referente a Taxa de Inscrição deverá ser realizada através de impressora da espécie de jato de tinta ou impressora a laser.

2.1.6. A taxa de inscrição no concurso, correspondente a 2% (dois por cento) do vencimento do cargo inicial da carreira de Escrivão de Polícia (Art. 10 da Lei nº 8.511, de 28 de dezembro de 1983), R\$ 26,67 (vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), que será recolhida, em guia própria, especificada no item 2.1.5, a ser impressa após inscrição, a favor de ACADEPOL - Delegado/2006-2

2.1.6.1. A taxa de inscrição poderá ser recolhida em qualquer agência dos Bancos Brasil, Bradesco, e Itaú, até a data do vencimento nela contida.

2.1.6.2. A inscrição somente se concretizará após o efetivo recolhimento da Taxa de Inscrição. A insubsistência, por qualquer motivo, do pagamento da taxa será motivo de cancelamento da inscrição.

2.1.7. A importância relativa à taxa de inscrição somente será devolvida no caso de cancelamento ou suspensão do concurso público, em consonância e na forma prevista na Lei Estadual nº 13.801/00.

2.1.8. O pagamento da Taxa de Inscrição em documento de arrecadação diferente do especificado no item 2.1.5. não confere ao candidato o direito de submeter-se às provas do certame, não sendo, pois, considerada válida.

2.1.9. É da exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no “Requerimento de Inscrição”.

2.1.10. A Academia de Polícia Civil de Minas Gerais não se responsabiliza por inscrições não recebidas por falhas de ordem técnica dos computadores, ou interrupção de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.2. DO REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 13.392, de 07/12/1999, e desejar se inscrever no concurso, deverá instruir sua inscrição com os documentos enumerados no item 2.2.3.

2.2.1. Período para requerer : O pedido de isenção na forma acima deverá ser protocolizado nos locais de inscrição no período de 22 (vinte e dois) a 26 (vinte e seis) de Janeiro de 2007, de 9h às 17h., para ser apreciado, sob pena de indeferimento

2.2.2. Local: Em Belo Horizonte, na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL, na Rua Oscar Negrão de Lima nº 200, Bairro Nova Gameleira, ou nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil, no interior do Estado, cujos endereços estão constantes do ANEXO III deste Edital.

2.2.3. Documentos necessários:

2.2.3.1. Formulário próprio fornecido pela ACADEPOL, no qual o candidato interessado deverá declarar que é legalmente desempregado e que sua situação econômica não lhe permite pagar a referida taxa sem prejuízo do sustento próprio ou do de sua família, respondendo civil e criminalmente, pelo inteiro teor de sua declaração.

2.2.3.2. Cópias autenticadas, em cartório, das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS que contenham foto, qualificação civil e anotação do último contrato de trabalho do candidato, com a correspondente data de saída

anotada, e da primeira página subsequente, ou de documento idôneo que comprove que o candidato, anteriormente a essa solicitação:

- a) teve extinto vínculo empregatício;
- b) teve extinto vínculo estatutário com o Poder Público;
- c) encerrou o exercício de atividade legalmente reconhecida como autônoma.

2.2.3.2.1. O candidato que se encontrar nas condições das alíneas do item 2.2.3.2 deverá apresentar declaração na qual informará não auferir nenhum tipo de renda.

2.2.4. Os pedidos de isenção serão apreciados e as decisões (deferimentos ou indeferimentos) constarão de relação a ser afixada, em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data do protocolo do pedido de isenção, no respectivo local de inscrição.

2.2.4.1. O candidato cujo requerimento de isenção da taxa de inscrição for aceito, deverá efetivar sua inscrição pessoalmente ou por procurador, no período de 29 (vinte e nove) de Janeiro a 02 (dois) de Fevereiro de 2007, no local onde requereu o benefício.

2.2.4.2. O candidato cujo requerimento de isenção da taxa de inscrição não for aceito poderá efetuar sua inscrição nas condições estabelecidas nos itens 2.1 a 2.1.10.

2.3 DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: a inscrição relativa às vagas destinadas aos Portadores de Deficiência, nos termos do item 1.4.2., deverá ser feita em Belo Horizonte na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL, na Rua Oscar Negrão de Lima nº 200, Bairro Nova Gameleira, ou nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil, no interior do Estado, cujos endereços estão constantes do ANEXO III, deste Edital.

2.3.1. Período : 22 (vinte e dois) de Janeiro a 02 (dois) de Fevereiro de 2007, exceto sábados, domingos e feriados.

2.3.2. Horário : de 9h às 17h.

2.3.3. Em conformidade com o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 11.867/95, pessoa portadora de deficiência “é aquela que apresenta, em caráter permanente, disfunção de natureza física, sensorial ou mental, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano”.

2.3.3.1. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, que regulamentou a Lei nº 7.853/89, com a redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296/04.

2.3.4. A inscrição será efetivada em formulário próprio, fornecido nos locais mencionados no item 2.3., podendo ser realizada pessoalmente, ou através de instrumento de mandato e instruída dos seguintes documentos:

2.3.4.1 Original do documento oficial de identidade, do qual deverá constar filiação, retrato e assinatura do candidato.

2.3.4.2. Declaração da condição de portador de deficiência, acompanhada de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência

ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa de deficiência;

2.3.5. O interessado que não declarar, formalmente, nos termos deste Edital, sua condição de portador de deficiência, quando de sua inscrição, não poderá alegar posteriormente essa condição, para reivindicar a prerrogativa legal.

2.3.6. Na falta de Atestado Médico datilografado ou digitado, ou não contendo neste as informações indicadas no item 2.3.4.2., a inscrição será processada como candidato não portador de deficiência, ainda que declarada tal condição.

2.3.7. O candidato portador de deficiência que necessite de procedimento diferenciado para se submeter às provas e demais atos pertinentes ao concurso, deverá requerê-lo, por escrito em requerimento de autoria e edição própria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do ato de inscrição, ao Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais- ACADEPOL especificando, se for o caso, a sua necessidade de adaptação para realização da prova.

2.3.7.1. A manifestação sobre a necessidade de procedimento diferenciado, através de requerimento expresso do próprio candidato, em nada implicará no deferimento da respectiva inscrição.

2.3.7.2. O candidato que não fizer tal solicitação terá a prova preparada nas mesmas condições dos demais candidatos, não lhe cabendo qualquer questionamento no dia da prova ou posteriormente.

2.3.7.3. A realização das provas em condições especiais requeridas pelo candidato portador de deficiência, ficará sujeita, ainda, a apreciação e deliberação da ACADEPOL, observada a legislação específica.

2.3.8. Ressalvadas as disposições especiais, os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, correção de provas, aos critérios de aprovação e todas as demais normas de regência do concurso.

2.4.

DA

S DISPOSIÇÕES FINAIS DAS INSCRIÇÕES

2.4.1. Os candidatos que tiverem dificuldades de acesso à internet poderão, exceto sábados, domingos e feriados, no horário de 9h às 17h efetuar suas inscrições na sede da ACADEPOL, ou nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil de Minas Gerais, nos endereços constantes no Anexo III deste Edital, onde haverá equipamentos de informática destinados a esse fim.

2.4.1.1. A liberalidade especificada no item 2.4.1. não exime o candidato do pagamento da Taxa de Inscrição.

2.4.2. No ato da inscrição, será emitido pelo o candidato o “documento de Arrecadação Estadual – DAE” referente a Taxa de Inscrição, conforme previsto nos itens 2.1.5. e 2.1.6.

2.4.2.1. O Cartão Definitivo de Inscrição estará disponível ao candidato, para impressão, no endereço eletrônico constante no item 2.1.2., desde que

efetivamente quitada a Taxa de Inscrição e reconhecida pelo sistema de arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda, ou deferida a sua isenção, nos termos previstos no subitem 2.2. e seguintes, no período de 22 (vinte e dois) de Fevereiro a 09 (nove) de Março de 2007.

2.4.2.1.1. Os candidatos que efetuaram suas inscrições na sede da ACADEPOL ou nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil poderão obter o Cartão Definitivo de Inscrição nesses locais, no mesmo prazo citado no item 2.4.2.1., ou poderão imprimi-lo, através de qualquer acesso ao endereço eletrônico constante no item 2.1.2.

2.4.2.2. A ACADEPOL, em nenhuma hipótese, efetuará a remessa postal do Comprovante Definitivo de Inscrição para o candidato regularmente inscrito no certame.

2.4.3. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

2.4.4. A inscrição será automaticamente cancelada na hipótese de insubsistência, por qualquer motivo, do depósito bancário referente à Taxa de Inscrição e/ou constatação de qualquer espécie de fraude.

2.4.5. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no “Requerimento de Inscrição” determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

2.4.6. Somente será aceito o pedido de inscrição feito em modelo próprio de requerimento adotado pela ACADEPOL, conforme as regras editalícias.

3 - DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

3.1. São fases do Concurso Público, cuja realização obedecerá a seguinte sucessão:

3.1.1. Prova de Conhecimentos:

3.1.1.1. Prova de Múltipla-Escolha..

3.1.2. Prova de Digitação.

3.1.3. Avaliação Psicológica.

3.1.4. Exames Biomédicos e Biofísicos.

3.1.5. Investigação Social.

3.1.6. Curso de Formação Policial (Aspirantado).

3.2. A fase da Investigação Social poderá ocorrer concomitante à fase do Curso de Formação Policial, se aquela não tiver sido, até então, realizada por completo.

3.3. Os resultados de cada fase, bem como todas as convocações e orientações para a realização das fases subsequentes serão, sempre, publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

3.3.1. Somente as publicações feitas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais serão consideradas OFICIAIS e VÁLIDAS. As informações porventura

disponibilizadas por outros meios de comunicação não substituem as intimações oficiais, publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

4 - DAS PROVAS DE CONHECIMENTOS

4.1. Prova de Múltipla-Escolha:

4.1.1. A prova de Múltipla-Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada na cidade de Belo Horizonte, em local, data e horário que constarão no Comprovante Definitivo de Inscrição a que se refere o item 2.4.2.1 do presente Edital e terá a duração de 4h (quatro horas).

4.1.2. A prova constará de 60 (sessenta) questões de múltipla-escolha, cada uma com 04 (quatro) opções, existindo apenas uma opção a ser marcada em cada uma das questões, que serão assim divididas por matérias, cujos programas estão previstos conforme item 5, ANEXO I, deste Edital:

- a) 10 questões de Língua Portuguesa.
- b) 05 questões de Matemática.
- c) 05 questões de Física.
- d) 05 questões de Química.
- e) 05 questões de Biologia.
- f) 10 questões de História.
- g) 10 questões de Geografia.
- h) 05 questões de Noções de Informática.
- i) 05 questões de Direitos Humanos.

4.1.2.1. A Prova de Conhecimento – Múltipla Escolha será devidamente elaborada por uma Banca Examinadora designada pela Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

4.1.2.2. Os nomes dos membros da Banca Examinadora serão, prévia e oportunamente, publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

4.1.3. Cada questão da prova de Múltipla-Escolha valerá 1 (um) ponto. Será considerado aprovado na prova de Múltipla-Escolha o candidato que obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) das respostas corretas.

4.1.4. O candidato que obtiver nota inferior ao equivalente a 20% (vinte por cento) dos pontos, em qualquer uma das matérias a que se refere o item 4.1.2, será considerado reprovado, ainda que no somatório final da nota obtenha índice igual ou superior a 60% (sessenta por cento) das respostas corretas.

4.1.5. O candidato deverá comparecer ao local especificado no seu Comprovante Definitivo de Inscrição, com uma hora de antecedência do horário fixado para o início da prova de Múltipla-Escolha.

4.1.6. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar seu Comprovante Definitivo de Inscrição e Documento Oficial de Identidade usado no ato de inscrição, no horário estabelecido, conforme estabelecido no item 4.1.5, deste Edital.

4.1.7. O candidato deverá levar, para preenchimento da folha de respostas, caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

4.1.7.1. A Avaliação da prova de múltipla escolha será feita através de processamento eletrônico de dados. Por isso, serão consideradas, exclusivamente, as respostas transferidas para a Folha de Respostas, utilizando-se de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo atribuído ponto à questão que contenha mais de uma resposta assinalada, emenda, rasura, ou que não tenha sido assinalada.

4.1.7.2. O Candidato que rasurar ou anotar qualquer espécie de sinal em discordância com às normas de preenchimento na Folha de Respostas, terá esta inutilizada e, conseqüentemente, será sua prova anulada.

4.1.7.3. A Folha de Respostas não será substituída na hipótese da ocorrência dos fatos previstos no item 4.1.7.1.

4.1.8. A prova objetiva de Múltipla-Escolha será feita sem consulta, sendo vedado o acesso ao recinto da prova com material para este fim.

4.1.9. É proibido aos candidatos, o acesso ao local (prédios, salas de exames, etc.) de realização das provas portando armas, relógios de qualquer espécie, telefone celular, *pager*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, controle eletrônico de automóvel, transmissor/receptor de mensagens, de qualquer tipo, ou qualquer outro equipamento eletrônico. A ACADEPOL não se responsabilizará pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.

4.1.9.1. A ACADEPOL excluirá do concurso o candidato que for surpreendido portando qualquer um dos equipamentos enumerados no item 4.1.9. no recinto de prova, ou nos locais mencionados no item 4.1.9., durante a realização desta.

4.1.10. Será eliminado do Concurso Público o candidato que :

a) praticar ato de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, fiscais, autoridades ou funcionários presentes, bem como o que, durante a realização de qualquer prova for surpreendido portando qualquer um dos equipamentos enumerados no item 4.1.9;

b) estabelecer, por qualquer método, comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas.

c) deixar o local durante a realização das provas sem a devida autorização.

d) tentar utilizar-se de livros, calculadores, notas, impressos ou outro meio de informação.

e) ao terminar a prova, não entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Resposta devidamente assinada.

4.1.11. Será atribuída a nota 0 (zero) ao candidato que deixar de comparecer à realização da prova.

4.1.12. Será anulada a prova quando for constatado o uso de meios fraudulentos na sua realização.

4.1.13. O candidato somente poderá sair do local da prova/sala, após a primeira hora de sua realização, sendo-lhe vedado levar consigo o caderno de provas.

4.1.13.1. O candidato, após ter assinado a lista de presença, não poderá ausentar-se do local de realização da sua prova, sem acompanhamento do fiscal.

4.1.14. O candidato que tiver interesse de obter um exemplar do caderno de prova poderá pleiteá-lo, na sede da ACADEPOL, após o decurso de 48 (quarenta e oito) horas da data de sua realização.

4.1.15. O resultado, com nomes dos candidatos aprovados nesta fase e classificados conforme item 7.3, será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

4.1.15.1. Os candidatos aprovados na prova de Múltipla-Escolha e classificados conforme item 7.3, serão convocados, na forma prevista no subitem 3.3., somente por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, para prosseguirem no certame.

5 - DOS PROGRAMAS

O conteúdo programático e a bibliografia indicada para as Provas de Conhecimento - Múltipla-Escolha - estão contidos no ANEXO I deste Edital.

6 – PROVA PRÁTICA DE DIGITAÇÃO

6.1. A prova Prática de Digitação, de caráter eliminatório, será realizada em Belo Horizonte, em data, horário e local a ser divulgado oportunamente, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

6.2. Somente será convocado à prova Prática de Digitação o candidato que for considerado aprovado na prova de Múltipla-Escolha, conforme os critérios estabelecidos nos itens 4.1.3. e 4.1.4., deste Edital.

6.3. A prova Prática de Digitação, de caráter eliminatório, será realizada em microcomputador e constará de exame, com duração de 5 (cinco) minutos, de rapidez e correção, apuradas mediante cópia idêntica de texto dado a conhecer no momento da realização da prova.

6.3.1. O texto a ser usado pelos candidatos será sorteado momentos antes da prova, na presença dos candidatos.

6.4. Na correção da prova Prática de Digitação serão descontados 02 (dois) toques, por erro ortográfico.

6.5. O candidato deverá comparecer ao local da prova com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.5.1. O candidato que deixar de comparecer à realização da Prova de Digitação, no dia e horário determinados pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, será eliminado do Concurso Público.

- 6.6. O ingresso na sala de provas só será permitido, dentro do horário estabelecido, ao candidato que apresentar seu Comprovante Definitivo de Inscrição, juntamente ao documento de identidade.
- 6.7. O candidato que deixar de comparecer à realização da prova Prática de Digitação, no dia e horário determinados pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, será eliminado do Concurso Público.
- 6.8. Será considerado APTO o candidato que conseguir o mínimo de 120 (cento e vinte) toques líquidos, por minuto.
- 6.9. Será considerado INAPTO o candidato que não conseguir o mínimo de 120 (cento e vinte) toques líquidos, por minuto.
- 6.10. O candidato considerado APTO na prova Prática de Digitação, prosseguirá nas demais fases.
- 6.11. O candidato INAPTO na prova Prática de Digitação será eliminado do Concurso Público.
- 6.12. O resultado com os nomes e classificação dos candidatos aprovados nesta fase será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 6.13. Critérios para realização da prova Prática de Digitação:
- a - O candidato encontrará o microcomputador ligado no ambiente Windows 98, devendo abrir o Word versão 7.0 (editor de textos);
 - b - O candidato terá cinco minutos para abrir o ambiente Word versão 7.0 e preparar o microcomputador para a transcrição do texto;
 - c – o teclado terá *lay-out* de padrão ABNT 2;
 - d - Após o término do tempo de transcrição, será dado comando para impressão e o candidato deverá assinar a folha da prova impressa.
- 6.14. Não será permitida, em hipótese alguma, a interferência e/ou participação de terceiros na realização da prova Prática de Digitação.
- 6.15. O candidato considerado INAPTO na prova de digitação poderá, no prazo de 02 (ois) dias úteis, contados da publicação do resultado da prova de digitação, requerer vista da prova e/ou pedir reconsideração, com decisão em igual prazo pelo Presidente da Comissão.
- 6.15.1. Não será aplicada nova prova ao candidato considerado INAPTO na prova de digitação.
- 6.15.2. O prazo previsto para interposição do pedido de vista e/ou revisão da prova de digitação é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 6.15.3. Para contagem do prazo para interposição de recurso, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincidente com dia útil. No caso de coincidir com Sábado, Domingo ou feriado em Belo Horizonte, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS

7.1. Os candidatos não eliminados na Prova de Digitação serão classificados pelo critério decrescente do somatório dos pontos obtidos nas Provas Conhecimento - Múltipla-Escolha, observados os critérios definidos neste Edital.

7.2. A classificação preliminar dos candidatos será feita em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive dos portadores de necessidades especiais e a segunda somente com a classificação destes últimos.

7.3. Prosseguirão nas demais fases do certame, excetuando aquela prevista no item 13, os primeiros classificados, em ordem crescente, até o limite de 486 (quatrocentos e oitenta e seis) candidatos, deduzida a possibilidade constante no item 1.4.2.

7.3.1. Os candidatos classificados acima do limite estabelecido no item 7.3., observado o constante nos item 1.4.2 e 7.8, serão considerados eliminados do certame.

7.3.2. Não existe vinculação do número de candidatos convocados para as fases seguintes com o número de vagas disponibilizadas para o provimento .

7.4. Na ocorrência de empate, far-se-á a classificação adotando-se, sucessivamente, os seguintes critérios de preferência:

- a) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de Língua Portuguesa .
- b) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de História.
- c) Maior número de pontos Prova de Múltipla-Escolha de Geografia.
- d) Maior número de pontos Prova de Múltipla-Escolha de Noções de Informática.
- e) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de Direitos Humanos.
- f) Maior número de pontos Prova de Múltipla-Escolha de Matemática.
- g) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de Biologia.
- h) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de Química.
- i) Maior número de pontos obtidos na Prova de Múltipla-Escolha de Física.
- j) Aplicação do parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003.

7.5. Em data a ser estabelecida mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, os portadores de deficiência aprovados , conforme estabelecido no item 7.3. , deverão submeter-se à perícia médica, para verificação da compatibilidade de suas deficiências com o exercício das atribuições do cargo.

7.6. A perícia será realizada, sem qualquer ônus para o candidato, conforme legalmente assegurado, por Banca Examinadora designada pela ACADEPOL, devendo ser formada por Equipe multiprofissional composta por peritos na área médica, sendo que pelo menos um deles deverá ser médico habilitado, devendo o laudo ser elaborado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o exame.

7.6.1. Os nomes dos membros da Banca Examinadora serão previamente publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

7.7. Concluindo a Banca Examinadora pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência para habilitar o candidato a concorrer às vagas reservadas, passará o candidato a ser tratado como candidato não portador de deficiência.

7.7.1. Concluindo a Banca Examinadora ser incompatível a deficiência com o exercício das atribuições do cargo de Escrivão de Polícia, carreira estritamente policial, a inscrição será indeferida, excluindo-se o candidato do concurso.

7.8. O resultado do Exame referido nos itens 7.5 e 7.6 será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e os portadores de deficiência considerados APTOS serão classificados em ordem crescente, sendo convocados para prosseguirem no certame até o limite de 54 (cinquenta e quatro) candidatos, tudo conforme previsto no 1.4.2 deste Edital.

7.9. A perícia especial realizada por Banca Examinadora referida no item 7.5 e 7.6, deverá aferir a compatibilidade da deficiência com o exercício da atividade do policial civil, e a mesma não exime o candidato portador de deficiência de se submeter à fase dos exames Biomédicos e Biofísicos, bem como às demais fases eliminatórias previstas no presente Edital.

8 - DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

8.1. A Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, tem como objetivo avaliar candidatos que possuam inteligência, aptidões específicas e características de personalidade adequadas ao exercício profissional, apuradas através de instrumentos objetivos da Psicologia, em processo realizado pela Divisão Psicopedagógica - Setor de Psicologia - da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais de acordo com o Art. 80, item VII da Lei 5.406 de 16 de dezembro de 1969.

8.2. O Avaliação Psicológica será aplicada e apurada por Psicólogos devidamente inscritos no Conselho Regional de Psicologia que integrarão a Banca Examinadora designada pela Direção-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

8.3. A Banca Examinadora terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Coordenador, além da Equipe responsável pela aplicação e análise dos Exames Psicológicos, sendo que os nomes dos membros da referida banca serão, prévia e oportunamente, publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

8.3.1. Na mesma ocasião em que forem publicados os nomes dos membros integrantes da Banca Examinadora, deverão ser publicados os nomes dos membros da Banca Examinadora Recursal referida no subitem 8.25 deste edital.

8.4. Serão convocados para a Avaliação Psicológica somente os candidatos classificados de acordo com os critérios previstos nos itens 7.1, 7.3 e 7.8 deste Edital.

8.5. A relação de candidatos convocados, as datas, horários e locais em que deverão se apresentar para a realização da Avaliação Psicológica serão oportunamente divulgados somente na forma prevista no subitem 3.3 deste Edital, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. O candidato deverá comparecer ao local designado, com 1 (uma) hora de antecedência e munido do Comprovante Definitivo de Inscrição e do Documento Oficial de Identidade original.

8.6. O candidato que deixar de comparecer à realização da Avaliação Psicológica no dia e horário determinados pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais será eliminado do Concurso Público.

8.7. Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para a Avaliação Psicológica, nem realização da mesma fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos convocados previamente, através de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

8.8. O candidato convocado será avaliado através de técnicas e instrumentos psicológicos, de caráter objetivo, que consistirão de aplicação individual e coletiva de bateria de testes psicológicos, na área cognitiva, na área de habilidade e na área de personalidade

8.9. Os requisitos do perfil psicológico, traçados pela Divisão Psicopedagógica – Setor de Psicologia - da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, necessários ao exercício do cargo de Escrivão de Polícia, referem-se à inteligência, aptidão e personalidade estruturada, ou seja, ajustamento do indivíduo em seu ambiente, seu modo habitual de comportar-se e de resistir com equilíbrio às adversidades e/ou pressões do cotidiano. Serão apuradas as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	GRAU DE NECESSIDADE			
	0	1	3	5
ÁREA COGNITIVA				
INTELIGÊNCIA GERAL Capacidade em perceber, compreender e resolver situações simples e complexas.			X	
ÁREA DE APTIDÃO				
ATENÇÃO CONCENTRADA Perceber e discriminar partes, detalhes e diferenças em um todo.			X	
EXATIDÃO Capacidade de executar tarefas de maneira precisa.			X	
RAPIDEZ Facilidade para executar tarefas rapidamente.			X	
ÁREA DE PERSONALIDADE				
AGRESSIVIDADE			X	

Força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal perante qualquer situação.				
DIMENSÃO TENSIONAL Relacionada ao somatório da atividade elétrica do sistema nervoso: uma atividade maior reflete um estado de excitação e uma atividade menor reflete um estado de inibição.			X	
EMOTIVIDADE Reação de emergência que se produz quando o organismo não tem pautas pré-estabelecidas para reagir normalmente ante uma situação.			X	
IMPULSIVIDADE Ação irrefletida que obedece ao impulso do momento.	X			
REAÇÃO VIVENCIAL Nível de energia psíquica dirigida para fora, em atitude de doação, de exteriorização ou para dentro, de interiorização, de retenção do conteúdo psíquico.			X	
ROTINA Executar ações ou tarefas que fazem parte do dia-a-dia.			X	
SITUAÇÕES NOVAS Capacidade de			X	

reagir de modo apropriado às situações imprevistas que ocorrem no dia-a-dia de uma pessoa, não comprometendo a sua integridade física e nem de outrem.				
SOCIABILIDADE Capacidade para estabelecer relacionamentos interpessoais de forma cortês, criando um clima de confiança, cordialidade e respeito mútuo.			X	
TÔNUS VITAL Energia vital disponível e circulante em certo momento da vida, representando uma medida do potencial biológico capaz de ser liberado ante qualquer situação ou emergência.			X	

LEGENDA

0 – Não pode apresentar a característica.

1 – Precisa ter o mínimo.

3 – Precisa ter mediano.

5 – Precisa ter muito desenvolvida.

8.10. A Avaliação Psicológica resultará em Laudo Psicológico descritivo e conclusivo, baseado nas técnicas e instrumentos utilizados.

8.11. O resultado da Avaliação Psicológica será efetuado pelos conceitos de “APTO” e “INAPTO”; e todos os resultados serão referendados pelo Presidente e pelo Coordenador da Banca Examinadora conforme item 8.3 deste Edital.

8.12. Será considerado APTO o candidato que apresentar na sua Avaliação Psicológica resultados compatíveis com o perfil psicológico exigido ao exercício do cargo de Escrivão de Polícia constante no item 8.9 deste Edital.

8.13. Somente será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais o resultado relativo a candidato considerado APTO na Avaliação Psicológica.

8.14. O candidato considerado APTO na Avaliação Psicológica prosseguirá nas demais fases do Concurso.

8.15. Será considerado INAPTO o candidato que não apresentar na sua Avaliação Psicológica resultados compatíveis com o perfil psicológico necessário ao exercício do cargo de Escrivão de Polícia, conforme item 8.9 deste Edital.

8.16. O candidato considerado INAPTO na Avaliação Psicológica será eliminado do Concurso Público.

8.17. O candidato considerado INAPTO na Avaliação Psicológica poderá recorrer da decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação do resultado.

8.17.1. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

8.17.2. Para contagem do prazo para interposição de recurso, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincidente com dia útil. No caso de coincidir com Sábado, Domingo ou feriado em Belo Horizonte, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

8.17.3. Nesta oportunidade o candidato, a seu critério, poderá ser assessorado por um Psicólogo regularmente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Psicologia, portador de Declaração da Situação Profissional, expedida pelo Conselho Regional de Psicologia –CRP.

8.17.4. As despesas relativas à contratação do Psicólogo indicado pelo candidato ocorrerão por conta do Recorrente.

8.18. O recurso deverá ser datilografado ou digitado e firmado pelo candidato, sob pena de ser preliminarmente indeferido, endereçado à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil, entregue na sede da ACADEPOL, situada na Rua Oscar Negrão de Lima nº 200, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte, devidamente fundamentado e, na hipótese do candidato querer nomear um psicólogo para analisar seus exames e apresentar tecnicamente sua defesa, deverá fazer constar a indicação do Psicólogo regularmente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Psicologia, portador de Declaração de Situação Profissional expedida pelo Conselho Regional de Psicologia –CRP. Não serão aceitos recursos interpostos por “fac-símile”, via postal, “internet”, ou outro meio não especificado neste Edital.

8.19. Deferido o recurso, serão agendados pela Presidência da Banca da Banca Examinadora data, hora e local para que o candidato compareça, acompanhado pelo Psicólogo por ele designado, para análise do material psicológico já produzido, ocasião em que deverá ser lavrada ata especificando a conclusão fundamentada do psicólogo do candidato.

8.19.1. O candidato que não quiser nomear um Psicólogo para analisar seus exames e apresentar tecnicamente sua defesa terá direito de vista do material produzido e do resultado de sua avaliação, sendo, também lavrada a ata do atendimento com a manifestação do candidato.

8.20. Não será admitida a retirada dos testes do candidato do seu local de arquivamento, devendo o psicólogo indicado pelo candidato, analisar o material psicológico produzido, na presença de Psicólogo integrante da Banca Examinadora.

8.21. Caso haja concordância do Psicólogo indicado ou do candidato com o resultado da avaliação, deverá ser lavrada ata constando tal posicionamento.

8.22. Caso o Psicólogo ou o candidato discorde do resultado da avaliação psicológica deverá expressar tal posicionamento, fundamentadamente e constar na ata.

8.23. A ata a ser lavrada , conforme itens 8.19, 8.19.1, 8.21 e 8.22 será encaminhada à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil.

8.24. Na hipótese do item 8.22, entendendo ser coerente os argumentos apresentados pelo Psicólogo indicado ou pelo candidato, a Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil determinará que uma Banca Examinadora Revisora reanalise o material psicológico produzido e, se necessário, retifique ou reavalie o candidato, emitindo, então, o devido Laudo.

8.25. A Junta Revisora será composta por Psicólogos devidamente designados pela Academia de Polícia Civil, que não tenham participado da avaliação psicológica do candidato.

8.26. O Psicólogo indicado pelo candidato terá acesso tanto ao material psicológico produzido na avaliação quanto na reavaliação, se for o caso.

8.27. O Laudo emitido pela Banca Examinadora Revisora será encaminhado à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil. Não caberá qualquer outro recurso da decisão proferida pela Banca Examinadora Revisora e referendada pela Diretora-Geral da ACADEPOL.

9 - DOS EXAMES BIOMÉDICOS E BIOFÍSICOS

9.1. Serão convocados, na forma prevista no subitem 3.3 deste Edital, somente por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, para a fase dos Exames Biomédicos e Biofísicos os candidatos não eliminados nas fases anteriores, observados os critérios definidos neste Edital.

9.2. A fase dos Exames Biomédicos e Biofísicos terá caráter eliminatório.

9.3. A fase dos Exames Biomédicos e Biofísicos será composta de duas etapas que ocorrerão em momentos distintos: Primeiramente os candidatos aprovados serão submetidos aos Exames Biomédicos e, se APTOS, estarão habilitados para se submeterem aos Exames Biofísicos. .

9.4. Os Exames Biomédicos objetivarão aferir se os candidatos gozam de boa saúde física, se não são portadores de doenças, sinais ou sintomas que os inabilitem ao exercício da função policial e, ainda, se possuem acuidade visual e auditiva compatíveis com a carreira policial.

9.4.1. Face a abrangência e peculiaridades dos Exames Biomédicos terão os mesmos, também, caráter de Exame Pré-Admissional para ingresso na carreira de Escrivão de Polícia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

9.4.2. Será exigida como parâmetro de aprovação a acuidade visual sem correção de 30% (trinta por cento) no pior olho e, com correção, acuidade visual de 80% (oitenta por cento) no pior olho.

9.4.3. Será exigida acuidade auditiva em freqüências de 500 (quinhentos) - 1000 (mil) – 2000 (dois mil) de perda de até 25 (vinte e cinco) decibéis. Nas demais freqüência aceita-se a perda de até 40 decibéis. IRS até 86.

9.5. Os Exames Biomédicos serão realizados por Banca Examinadora, composta por peritos na área médica (profissionais legalmente habilitados na área médica), designada pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

9.5.1. Os nomes dos membros da Banca Examinadora e, também, da Banca Examinadora-Revisora serão previamente publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

9.5.2. Para ser submetido aos Exames Biomédicos, o candidato deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares necessários, mencionados no item 9.8 deste Edital;

9.6. Em todos os exames complementares, além do nome, deve constar, obrigatoriamente, o número da carteira de identidade do candidato, sendo motivo de inautenticidade a inobservância ou omissão do referido número.

9.7. Para submeter-se aos Exames Biomédicos, o candidato deverá comparecer na data, horário e local designados, munido dos exames laboratoriais e complementares necessários. A falta de qualquer exame laboratorial e/ou complementar acarretará a sua eliminação do concurso

9.8. Os Exames Laboratoriais a serem realizados, conforme item 9.5.2, são:

- a) Teste ergométrico, com laudo.
- b) Eletroencefalograma, com laudo do neurologista.
- c) Radiografia do tórax.
- d) Imunologia para Doença de Chagas.
- e) Sorologia para Lues ou VDRL.
- f) Glicemia, Uréia e Creatinina.
- g) Hemograma completo.
- h) GGT.
- i) Grupo Sangüíneo – fator Rh.
- j) Audiometria tonal e vocal.

9.9. Analisados os resultados dos Exames Laboratoriais, a Banca Examinadora, a seu critério, poderá solicitar outros exames de qualquer natureza, às expensas do candidato, considerados necessários para esclarecer diagnósticos.

9.10. A Banca Examinadora, após o exame clínico dos candidatos e a análise dos exames laboratoriais e complementares, emitirá parecer conclusivo da aptidão ou inaptidão de cada um, o qual deverá ser assinado pelos peritos da área médica (profissionais legalmente habilitados na área médica) integrantes da Banca Examinadora e pelo candidato.

9.10.1. A Banca Examinadora apresentará o resultado final do exame de cada candidato, assinado nas respectivas planilhas ou prontuários de todos os candidatos, com menção de APTO ou INAPTO.

9.11. Uma vez considerados aptos, mediante parecer conclusivo, o candidato será no ato convocado e cientificado para comparecer no dia e hora agendado a fim de se submeter aos Exames Biofísicos.

9.12. O candidato que deixar de comparecer à realização dos Exames Biomédicos será eliminado do Concurso Público

9.13. Uma vez considerados aptos nos Exames Biomédicos, os candidatos serão submetidos aos Exames Biofísicos, no dia e horário agendado após os Exames Biomédicos, conforme especificado no item 9.11 .

9.13.1. O candidato deverá comparecer ao local especificado para a realização dos Exames Biofísicos, com 1 (uma) hora de antecedência, munido do Comprovante Definitivo de Inscrição, Documento de Identidade e com trajes adequados (trajes de práticas esportivas condizentes com os testes a serem aplicados, por exemplo, tênis, short ou bermuda, camiseta).

9.14. Os Exames Biofísicos serão relativos à capacitação e sanidade física e, visam aferir se o candidato apresenta condições de saúde condizentes com peso, altura e idade, além de capacidade física para suportar os exercícios a que será submetido durante o Curso de Formação e as tarefas típicas do policial civil, especialmente para o cargo de Escrivão de Polícia.

9.15. Os Exames Biofísicos serão realizados por uma Banca Examinadora formada por Equipe Multiprofissional, sendo que pelo menos um de seus membros, inclusive da Banca Examinadora Revisora , deverá ser perito na área médica (profissional legalmente habilitado na área médica).

9.15.1. Os nomes dos membros da Equipe Multiprofissional que irá compor a Banca Examinadora e a Banca Examinadora Recursal deverão ser previamente publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

9.16. Os Exames Biofísicos devem verificar se os candidatos apresentam:

- a) Compatibilidades físicas com as atividades de um policial civil;
- b) Leves variações de normalidade, não incapacitantes, para a profissão;
- c) Alterações, potencialmente incapacitantes de imediato ou a curto prazo, ou determinantes de absenteísmo freqüentes ou com iminente risco de se potencializar ou capaz de colocar em risco a segurança dos colegas de curso ou trabalho.

9.16.1. Os Exames Biofísicos constarão de testes físicos acompanhados de análise médica dos resultados, sendo eles:

- a) Flexão de Braço;
- b) Agilidade e coordenação motora;
- c) Corrida de 60 (sessenta) metros rasos;
- d) Teste de Cooper.

9.16.2. Cada teste terá um tempo para ser realizado e terá pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos, que serão dados tendo em vista a capacidade e sanidade física do candidato dentro dos parâmetros médicos.

9.16.3. A descrição dos Exames Biofísicos e suas respectivas tabelas de atribuições de pontos serão as constantes do ANEXO II, que é parte integrante deste Edital.

9.17 . Será considerado APTO o candidato que obtiver o mínimo de 40 (quarenta) pontos no total dos testes submetidos.

9.18.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato que deixar de comparecer à realização dos Exames Biofísicos.

9.18.2. Findo os exames, os candidatos tomarão conhecimento, da pontuação obtida nos testes.

9.19. Somente será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais o resultado relativo a candidato considerado APTO na fase dos Exames Biomédicos e Biofísicos, que prosseguirá nas demais fases do Concurso.

9.20. Será considerado INAPTO, e conseqüentemente eliminado do concurso, o candidato que :

- a) Não apresentar condições de saúde condizentes com o cargo pleiteado, conforme parecer da Banca Examinadora; ou
- b) Não obtiver o mínimo de 40 (quarenta) pontos no total dos testes que compõem o Exame Biofísico;

9.21. O candidato considerado INAPTO em qualquer etapa da fase dos Exames Biomédicos e Biofísicos, poderá recorrer da decisão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação do resultado. O recurso interposto fora do prazo será preliminarmente indeferido.

9.21.1. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

9.21.2. Para contagem do prazo para interposição de recurso, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincidente com dia útil. No caso de coincidir com Sábado, Domingo ou feriado em Belo Horizonte, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

9.22. O recurso deve ser datilografado ou digitado, fundamentado e firmado pelo candidato, sob pena de ser preliminarmente indeferido, endereçado à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil e entregue na sede da ACADEPOL, situada na Rua Oscar Negrão de Lima nº 200, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte. Não serão aceitos recursos interpostos por "fac-símile", via postal, "internet", ou outro meio não especificado neste Edital.

9.23. A Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil analisará o recurso e entendendo coerentes os argumentos apresentados determinará que uma Banca Examinadora Recursal, formada por profissionais capacitados, reavalie o candidato.

9.24. O resultado da reavaliação do candidato será encaminhado à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil. Não caberá qualquer outro recurso da decisão proferida pela Banca Examinadora Revisora e referendada pela Diretora-Geral da ACADEPOL.

10.1. A investigação social, de caráter eliminatório, será procedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, entre os candidatos não eliminados nas etapas anteriores, observados os critérios definidos neste Edital, que serão convocados à Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, para preenchimento da ficha de informações e/ou Boletim de Investigação Social.

10.1.1. A ficha de informações e/ou Boletim de Investigação Social poderão ser preenchidos em qualquer uma das fases e de acordo com a conveniência administrativa, devendo o candidato(a) estar pronto a fornecer dados a respeito da respectiva qualificação pessoal, referências sociais, familiares, bancárias e outras.

10.1.2. Para o preenchimento da Ficha de Informações ou do Boletim de Investigação Social serão solicitados dos candidatos, entre outros, os seguintes dados: endereço atual e anteriores completos; telefone para contato; filiação; naturalidade, data de nascimento; tempo de residência atual e anteriores; profissão, número de dependentes; estado civil, CPF; Identidade; CNH; profissão; Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino); renda individual e familiar; estabelecimento onde concluiu o grau de escolaridade especificado; dados pessoais do cônjuge e filhos; empregos atuais e anteriores; bens móveis ou imóveis; nome com endereço e telefone de duas ou mais pessoas que possam dar referências pessoais; participação em associações ou agremiações; e, caso tenha sido indiciado ou processado, deverá fornecer informações detalhadas.

10.2. Será previamente designada Comissão de Análise das Investigações Sociais, que deverá expedir relatório INDICANDO ou CONTRA-INDICANDO o candidato.

10.2.1. A CONTRA-INDICAÇÃO somente ocorrerá observado o princípio do contraditório em procedimento de sindicância, com expedição de relatório fundamentado e constando processo de votação dos Membros da Comissão de Análise das Investigações Sociais.

10.3. Caso se constate qualquer fato desabonador da conduta do candidato sob os aspectos moral e criminal que o incompatibilize com a condição de policial civil, fica ressalvado à Direção-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, o direito de considerá-lo contra-indicado, eliminando-o observando o disposto nos itens 10.2 e 10.2.1.

10.4. Caso a constatação ocorra já na fase do Curso de Formação Policial, seu desligamento dar-se-á por ato da Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, (Art. 85 da Lei 5.406, de 16 de dezembro de 1969) e conseqüentemente, será eliminado do processo de seleção, conforme previsto nas regras deste Edital.

10.5. O candidato desde a sua inscrição no Concurso Público até a sua nomeação poderá, a critério da Direção-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, ser submetido a exame antidrogas.

11- CURSO DE FORMAÇÃO POLICIAL: REQUISITOS

11.1. Os requisitos legais para provimento no cargo de Escrivão de Polícia, aos quais o candidato deverá atender, cumulativamente, são:

a) Ser brasileiro (Art. 37, I da Constituição Federal e Art. 80, I da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969);

- b) Ter no mínimo de 18 (dezoito) anos de idade, à data da matrícula (Art. 37, I da Constituição Federal e Art. 80, II - primeira parte- da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969);
 - c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - d) Estar em dia com o serviço militar, para candidato do sexo masculino;
- e) Possuir comprovante de conclusão do segundo grau de escolaridade, expedido por estabelecimento oficial ou reconhecido;

12 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO POLICIAL

12.1. Objetivando à freqüência ao Curso de Formação Policial (ASPIRANTADO), os candidatos não eliminados em qualquer das fases anteriores que estiverem classificados, somando a pontuação obtida nas provas de conhecimentos e provas de títulos, até o limite de vagas previstas neste Edital, serão convocados pelo Diário Oficial do Estado de Minas Gerais a apresentarem os documentos necessários para a matrícula, quais sejam:

a - Prova de idade, mediante documento oficial de identidade (fotocópia e original a ser devolvido);

b - Comprovante de conclusão do segundo grau de escolaridade, expedido por estabelecimento oficial ou reconhecido (fotocópia autenticada do diploma acompanhada do original a ser devolvido), devidamente registrado no órgão competente;

c - Prova de quitação eleitoral (fotocópia do título de eleitor e comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral), acompanhados dos originais a serem devolvidos e Certidão negativa do Tribunal Regional Eleitoral;

d - Se do sexo masculino, prova de quitação com o serviço militar (fotocópia do Certificado de Reservista ou documento equivalente, acompanhado do original a ser devolvido);

e - certidão relativa aos assentos funcionais expedida pelo órgão próprio, no caso de servidor público;

f - certidão judicial dos cartórios civil, criminal, juizados cível e criminal, e protestos de títulos das comarcas onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

g - certidão da Justiça Federal da jurisdição onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

h - certidão do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, das comarcas onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

i- se servidor público, "autorização" do órgão a que pertence para freqüência ao Curso de Formação Policial.

12.2. A não apresentação dos documentos na data a ser fixada eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções aplicáveis a eventual falsidade da declaração.

12.3. A matrícula será deferida após análise dos documentos e requisitos estabelecidos no presente edital . Serão indeferidas as matrículas por falta de qualquer dos requisitos legais. As matrículas deferidas , bem como as indeferidas serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

12.4. Indeferida a matrícula, poderá o candidato, no prazo de 02 (dois) dias contados da data da publicação, recorrer para a Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil.

12.4.1. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

12.4.2. Para contagem do prazo para interposição de recurso, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincidente com dia útil. No caso de coincidir com Sábado, Domingo ou feriado em Belo Horizonte, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.5. A Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil, à vista do recurso, poderá, revendo a decisão anterior, deferir a matrícula, ou manter o indeferimento. O recurso deverá ser apreciado e decidido no prazo de 02 (dois) dias úteis, publicando a seguir, o resultado da decisão. Não caberá qualquer outro recurso da decisão proferida.

12.6. Os candidatos matriculados no Curso de Formação Policial serão designados Aspirantes e farão *jus* à bolsa de estudos, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao vencimento atribuído à inicial da série de classes da carreira de Escrivão de Polícia. (Art. 81 da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.180, de 11 de agosto de 1993).

12.6.1. O candidato que for ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública da administração direta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo Estadual, durante o Curso de Formação Policial não terá direito à percepção da Bolsa de Estudos mencionada no item 12.6. (artigo 54 da Lei nº 15.788/05).

13 - CURSO DE FORMAÇÃO POLICIAL : CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

13.1. O Curso de Formação Policial tem caráter eliminatório e visa a preparação profissional dos aspirantes à carreira de Escrivão de Polícia, sendo estruturado em três eixos curriculares :

I – Fase de Formação que será estruturada em três eixos :

- a) Eixo I : Formação Humana , Histórica e Social.
- b) Eixo II : Formação Técnico-Procédimental (profissionalizante).
- c) Eixo III : Formação Integrada (Teoria e Prática).

II – Fase de Treinamento que consiste em estágio com a prestação de serviços em Unidades Policiais, sem prejuízo da freqüência às aulas do Curso.

13.2. O Curso de Formação Policial (Aspirantado) terá duração mínima de 720 horas/aula, na forma da Lei nº 6.640, de 14 de outubro de 1975.

13.3. Os Aspirantes, durante o Curso de Formação Policial, serão submetidos aos seguintes indicadores de avaliação educacional:

- a) Avaliação por Freqüência;
- b) Prova Final.

13.4. A Avaliação de Frequência é a apuração individual, por disciplina ou atividade curricular, da assiduidade e pontualidade durante o curso.

13.4.1. O Aspirante será considerado infreqüente quando deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das aulas ministradas por área temática ou atividade curricular.

13.5. A Prova Final versará sobre o conteúdo programático das disciplinas ministradas na Malha Curricular do Curso de Formação Policial e terá o valor de 100 (cem) pontos, sendo aplicada em duas etapas, cada uma com duração de 04 (quatro) horas:

a) Genérica : 40 (quarenta) questões de múltipla-escolha, com valor de 01 (um) ponto cada uma delas, abordando conteúdos diversificados.

b) Específica : questões teórico-práticas discursivas e pertinentes ao desempenho próprio da carreira, com valor de 60 (sessenta) pontos.

13.5.1. Será atribuída nota 0 (zero) ao Aspirante que deixar de comparecer à realização da Avaliação Final.

13.6. A Prova Final será elaborada e produzida por Comissões designadas pela Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil e a relação de seus membros integrantes será prévia e oportunamente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

13.7. Serão considerados aprovados no Concurso os Aspirantes que obtiverem no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de pontos distribuídos na Prova Final (somando as duas etapas: Genérica e Específica) do Curso de Formação, e não forem considerados infreqüentes.

13.8. Constitui motivo para dispensa obrigatória e, conseqüentemente, a exclusão imediata do Concurso, a verificação das seguintes ocorrências :

a) Infreqüência às atividades do Curso de Formação, conforme estabelecido no item 12.4.1 deste Edital;

b) Constatação de incapacidade moral, física ou profissional (artigo 85, "b", da Lei nº 5.406 de 15 de dezembro de 1969);

c) Envolvimento, antes do ingresso na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, ou durante o Curso de Formação, em fato que o comprometa moral ou profissionalmente (artigo 85, "d" da Lei nº 5.406 de 16 de dezembro de 1969);

d) O registro de antecedentes penais ou a expulsão de outro organismo policial, bem como a omissão desses dados na ficha de informações destinada à Investigação Social;

e) A prática de 2 (duas) transgressões disciplinares classificadas como faltas graves no Manual do Aluno – Guia Acadêmico ;

f) A prática de ato de incorreção ou descortesia para com qualquer dos professores, autoridades ou funcionários da ACADEPOL/ Polícia Civil;

g) A constatação de violação de sigilo, de comunicação ou utilização de fraude durante a realização de qualquer uma das avaliações realizadas no Curso de Formação Policial, ficando as ocorrências dessa natureza registradas em ata.

13.8.1. O Aspirante, durante o Curso de Formação Policial, deverá seguir e obedecer às regras e às normas estabelecidas no Regulamento Disciplinar (Manual do Aluno) do Curso de Formação Policial/ACADEPOL.

13.09. Os Aspirantes regularmente aprovados em todas as fases do Concurso Público ficarão habilitados à nomeação para o cargo de Escrivão de Polícia I, até o limite de vagas anunciadas no presente Edital, observada a classificação final.

13.10. Os militares que estiverem freqüentando o Curso de Formação Policial com autorização dos respectivos Comandos, e forem aprovados em todas as fases do Concurso Público, deverão apresentar à Divisão de Recrutamento e Seleção da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais o comprovante de regularidade com o serviço militar (Certificado de Reservista ou documento equivalente).

13.11. Os candidatos não eliminados na fase do Curso de Formação Policial serão classificados pelo critério decrescente do somatório dos pontos obtidos nas Avaliações aplicadas durante o curso.

13.11.1. Para efeito de desempate entre os candidatos aprovados com a mesma pontuação, inclusive os portadores de necessidades especiais, a classificação final obedecerá o critério definido pelo artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

13.12. O candidato que estiver freqüentando o Curso de Formação Policial estará sujeito a tempo integral, com atividades que poderão se desenvolver nos horários diurno e noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

13.12.1. O candidato estará sujeito a tempo integral, com atividades exclusivas e sem oportunidade de aplicação alternativa.

13.12.2. O candidato, durante o Curso de Formação, estará sujeito as normas estabelecidas no Manual do Aluno – Guia Acadêmico, editado pela ACADEPOL. A não observância das normas ali estabelecidas poderá acarretar a aplicação das sanções previstas.

14 - DA NOMEAÇÃO

14.1. A nomeação do candidato ao cargo de Escrivão de Polícia I fica condicionada:

14.1.1. Ao atendimento das condições e requisitos legais constantes deste Edital e da legislação vigente, bem assim, das necessidades e possibilidades da Administração.

14.1.2. À classificação do candidato, na Primeira Etapa, dentro do número de vagas oferecidas, e à aprovação na Segunda Etapa (Curso de Formação Policial).

14.2. O candidato habilitado no Curso de Formação Policial, dentro do número de vagas oferecidas pelo presente Edital, será nomeado, em caráter efetivo, para

investidura na inicial da respectiva série de classe a que se refere o art. 59, "g", da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969.

14.3. Após a nomeação e posse, o servidor cumprirá estágio probatório, nos termos do artigo 99 da Lei n.º 5.406, de 16 de dezembro de 1969, com as demais alterações subseqüentes, e art. 41 da Constituição Federal .

14.4. O servidor será designado para prestar serviço em uma das Unidades Policiais do interior do Estado, de acordo com as necessidades da Administração.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público somente serão, na forma prevista no subitem 3.3 deste Edital, feitas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

15.2. Em caso de inscrição por meio de Representante Legal, somente será aceito um instrumento de mandato para cada candidato.

15.3. A ausência a qualquer das fases implicará em desistência do Concurso Público, considerando-se sem efeito os exames que tiverem sido prestados.

15.4. Além dos recursos já previstos neste Edital, o candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial da prova objetiva de Múltipla Escolha, disporá de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito oficial.

15.4.1. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

15.4.2. Para contagem do prazo para interposição de recurso, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o dia do vencimento, desde que coincidente com dia útil. No caso de coincidir com Sábado, Domingo ou feriado em Belo Horizonte, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

15.5. O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) folhas separadas para questões/itens diferentes.
- b) indicação do número da questão e do item da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pela ACADEPOL.
- c) argumentação lógica e consistente.
- d) o recurso deve conter capa constando o nome, cargo a que concorre, o número da inscrição e a assinatura do candidato.
- e) a identificação do candidato somente deverá ser feita na capa e, nunca no corpo do recurso.
- f) o recurso deve ser digitado, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
- g) o recurso deve ser entregue em duas vias impressas (original e cópia) e uma cópia em mídia (disquete 3 ½").

15.5.1. O recurso deve ser datilografado ou digitado, fundamentado e firmado pelo candidato, sob pena de ser preliminarmente indeferido, endereçado à Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil e entregue na sede da ACADEPOL, situada na Rua Oscar Negrão de Lima, nº 200, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte. Os recursos inconsistentes e/ou com formato diferente do exigido, bem como os recursos interpostos fora do prazo estabelecido no item 15.5., serão preliminarmente

indeferidos. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, “fac-símile” ou “internet”, ou por outro meio não especificado neste Edital.

15.5.2. Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questão ou de itens de questão, os pontos correspondentes a essas questões e/ou itens serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

15.5.3. Os recursos serão devidamente analisados pela Banca Examinadora do Concurso, cuja relação de seus membros integrantes será prévia e oportunamente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

15.6. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda, somente a classificação destes últimos;

15.7. O prazo de validade do presente Concurso Público é de 06 (seis) meses, prorrogável uma vez, por igual período (Artigo 37, inciso III, da Constituição Federal), a contar da data da publicação de sua homologação.

15.8. Serão considerados aprovados no concurso público, aptos à nomeação, os candidatos que realizarem todas as fases do certame e forem aprovados em todas elas.

15.8.1. A primeira nomeação do candidato portador de deficiência aprovado no concurso, dar-se-á para preenchimento da 10ª (décima) vaga relativa ao cargo, e as demais ocorrerão na vigésima, trigésima, e assim sucessivamente, durante o prazo de validade do concurso, obedecidas às ordens de classificação previstas no presente Edital.

15.9. De acordo com a legislação processual civil em vigor, o foro da Comarca de Belo Horizonte é o competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente Concurso Público.

15.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

15.11. Será excluído do Concurso Público, o candidato que praticar ato de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, fiscais, autoridades ou funcionários presentes, durante a realização de qualquer etapa do certame.

15.12. Declarações falsas ou inexatas, em qualquer hipótese e/ou fornecimento de dados, quer sejam os constantes na ficha de inscrição, boletim de informações para efeitos de investigação social, bem como a apresentação de documentos falsos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os fatos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.12.1. O cancelamento e a anulação de todos os atos somente poderá ocorrer mediante a garantia do princípio do contraditório.

15.13. Informações sobre o presente Concurso Público, não especificadas no presente Edital, podem ser obtidas na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, através dos telefones (31) 3379-5014 ou nas sedes das Delegacias Regionais de

Polícia Civil, no interior do Estado, cujos endereços estão constantes do Anexo III deste Edital.

15.14. Toda a documentação relativa aos candidatos reprovados, será incinerada mediante elaboração de termo próprio, após 02 (dois) anos a contar da homologação do Concurso previsto no presente Edital.

15.14.1. Os documentos relativos aos candidatos aprovados e constantes da publicação de homologação serão imediatamente encaminhados à Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, para conhecimentos e providências necessárias à formatação dos demais atos e registros necessários.

15.15. A Academia de Polícia Civil não se responsabiliza por qualquer curso, textos ou apostilas referentes a este concurso público.

15.16. Este Concurso Público reger-se-á pelo disposto no Art. 37, incisos I a IV da Constituição Federal; Art. 140 e parágrafos da Constituição do Estado de Minas Gerais; Livro V, Título I, Capítulos I, II e III da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969 e nas normas específicas contidas neste Edital.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 2006.

- Maria de Lurdes Camilli -
Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais

DE ACORDO:

Otto Teixeira Filho
Chefe da Polícia Civil do Estado Minas Gerais

ANEXO I ESCRIVÃO DE POLÍCIA

A que se refere os incisos 5 do edital 02/06.

1. PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1.1. Interpretação e compreensão de textos.

1.1.1. Identificação de tipos textuais: narrativo, descritivo e dissertativo.

1.1.2. Critérios de textualidade: coerência e coesão.

1.1.3. Recursos de construção textual: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

1.1.4. Funções da linguagem.

1.1.5. Níveis de linguagem e adequação ao contexto de uso da norma padrão.

1.1.6. Gêneros textuais da Redação Oficial.

1.1.6.1. Princípios gerais da Redação Oficial.

1.1.6.2. Uso dos pronomes de tratamento.

1.1.6.3. Estrutura interna dos gêneros: ofício, memorando, requerimento, relatório, parecer.

1.2. Aspectos gramaticais.

1.2.1. Fonética: fonemas, encontros vocálicos, consonantais e dígrafos.

1.2.2. Ortografia: correção ortográfica; acentuação gráfica.

1.2.3. Morfologia: estrutura e formação das palavras.

1.2.4. Sintaxe: frase, oração, período; termos das orações; articulação das orações: coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; emprego da crase; pontuação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

MENDES, Gilmar Ferreira et al. Manual de redação da Presidência da República. Brasília: Imprensa Nacional, 1991.

NICOLA, José de. Gramática da palavra, da frase, do texto. São Paulo: Scipione, 2005.

PASQUALE, Cipro Neto & INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2003.

SACCONI, Luís Antônio. Nossa gramática. Teoria e prática. 25ed. São Paulo, Atual, 1999.

SOUZA, Jésus Barbosa & CAMPEDELLI, Samira Youssef. Minigramática. 2ed. São Paulo, Saraiva, 2000.

2. PROGRAMA DE MATEMÁTICA.

2.1. Linguagem Básica de Conjuntos.

Pertinência, inclusão, reunião, igualdade e interseção.

2.2. Os Conjuntos dos números naturais, inteiros, racionais e reais.

2.2.1. Operações de adição, multiplicação, subtração, divisão, potenciação e radicação;

2.2.2. A reta numérica;

2.2.3. Propriedades específicas de cada um dos conjuntos:

a) Naturais : múltiplos e divisores, fatoração em produtos de primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum .

b) Inteiros : múltiplos e divisores.

c) Racionais e Reais : representação decimal.

2.3. Sistema Legal de Unidades de Medida : Comprimento, área, volume, ângulo, tempo, velocidade e massa.

2.4. Proporções

2.4.1. Proporcionalidade. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais (Regra de três simples e composta);

2.4.2. Porcentagem, juros, descontos simples;

2.4.3. Taxas compostas de juro e de desconto.

2.5. Cálculo Algébrico

2.5.1. Operações com expressões algébricas;

2.5.2. Identidades algébricas notáveis;

2.5.3. Polinômios. Operações. Fatoração.

2.6. Equações e Inequações

2.6.1. Equações de 1º e do 2º graus;

2.6.2. Raízes de produtos de polinômios do 1º e 2º graus;

2.6.3. Desigualdades de 1º e 2º graus. Desigualdades produto e quociente. Interpretação geométrica;

2.6.4. Sistemas de equações de 1º e 2º graus. Interpretação geométrica.

2.6.5. Raízes de produtos de polinômios de 1º e 2º graus.

2.7. Sistemas Lineares : Resolução e discussão de Sistemas Lineares.

2.8. Geometria Plana

2.8.1. Elementos primitivos, semi-retas, semi-planos, segmentos e ângulos;

2.8.2. Retas perpendiculares e retas paralelas;

2.8.3. Teorema de Tales;

2.8.4. Triângulos. Congruência e semelhança de triângulos;

2.8.5. Polígonos convexos;

2.8.6. Circunferência e disco. Ângulos na circunferência;

2.8.7. Relações métricas e trigonométricas em triângulos retângulos;

2.8.8. Teorema de Pitágoras;

2.8.9. Áreas de triângulos, paralelogramos , trapézios e discos.

2.9. Geometria Sólida.

2.9.1. Prisms, pirâmides, cilindros, cones e esferas;

2.9.2. Áreas e volumes;

2.9.3. Seções.

2.10. Geometria Analítica

2.10.1. Distância entre dois pontos;

2.10.2. Coordenadas do ponto Médio;

2.10.3. Estudo analítico da reta;

2.10.4. Gráfico da função de 2º grau;

2.10.5. Distância entre ponto e reta;

2.10.6. Estudo analítico da circunferência. Reta tangente;

2.11. Funções

2.11.1. Conceito, operações, valor numérico e composição de funções;

2.11.2. Função Real de variável real. Gráficos.

2.11.3. Funções de 1º e 2º graus;

2.11.4. Máximo e mínimo da função de 2º grau;

2.12. Trigonometria

2.12.1. Funções trigonométricas;

2.12.2. Identidades fundamentais;

2.12.3. Adição e subtração de arcos;

2.12.4. Equações trigonométricas simples;

2.12.5 Aplicação da trigonometria ao cálculo de elementos de um triângulo;

2.12.6. Lei dos Senos e dos Cossenos.

2.13. Estatística

2.13.1. Dados, tabelas, representações gráficas;

2.13.2. Média e propriedades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

GIOVANNI E GIOVANNI JR. *Matemática : pensar e descobrir* – novo. Editora FTD, 2000, de 5ª a 8ª séries.

DANTE, Luiz Roberto. *Matemática – contexto e aplicações*. Editora Ática, 2000 – volumes 1, 2 e 3 do Ensino Médio.

IEZZI, Gelson. *Matemática: volume único*. São Paulo : Editora Atual, 1997. Outros autores: Osvaldo Dolce, David Mauro Degenszajn e Roberto Perigo.

IEZZI, Gelson..et al. *Fundamentos de Matemática Elementar*. Vol. 9. São Paulo: Atual, 1985.

CRESPO, Antônio A. *Estatística fácil*. São Paulo: Saraiva, 2001.

3. PROGRAMA DE QUÍMICA

3.1. Propriedades dos materiais

a - Estados físicos e mudanças de estado. Variações de energia e do estado de agregação das partículas.

b - Propriedades dos materiais: cor, aspecto, cheiro e sabor; ponto de fusão, ponto de ebulição, densidade e solubilidade.

c - Comportamento dos materiais nas mudanças de estado.

d - Misturas homogêneas e heterogêneas. Métodos de separação.

e - Substâncias puras e critérios de pureza. Substâncias elementares e compostas.

3.2. Estrutura atômica da matéria.

- Constituição dos átomos.

a - Modelo Atômico de Dalton: evidências para a sua adoção e rejeição, descrição e aplicações.

b - Natureza elétrica da matéria e existência do elétron. Massa e carga do elétron.

c - Modelo atômico de Rutherford e núcleo atômico. Massas e cargas de prótons e nêutrons. Aplicações.

d - Número atômico e número de massa: conceitos, cálculos e aplicações.

e - Espectro atômico e sua relação com um modelo de energia quantizada. Modelo atômico de Bohr: aspectos qualitativos.

f - Configurações eletrônicas por níveis de energia: sucessivas energias de ionização como evidência empírica dos níveis. Aplicações. Natureza probabilística da atual descrição dos elétrons.

3.3. Periodicidade Química.

a - Periodicidade das propriedades macroscópicas: pontos de fusão e ebulição, caráter metálico de substâncias simples, estequiometrias e natureza ácido base de óxidos e hidretos.

b - Critério básico da classificação periódica moderna. Configurações eletrônicas e elétrons de valência.

c - Grupos e períodos. Elétrons de valência e localização dos elementos. Símbolos.

d - Periodicidade das propriedades atômicas: valência, raio atômico e energia de ionização

3.4. Ligações Químicas e Interações Intermoleculares.

a - Propriedades macroscópicas de substâncias e soluções: correlação com os modelos de ligações e de interações intermoleculares.

b - Energia em processos de formação ou rompimento de ligações.

- c - Modelos de ligações interatômicas e intermoleculares. Substâncias iônicas, moleculares, covalentes e metálicas.
- d - Regra dos octetos: utilização e limitações. Fórmulas eletrônicas: representação e aplicações.

3.5. Reações Químicas e Estequiometria.

- a - Reação química: conceito, evidências e constituintes.
- b - Equações químicas: balanceamento e uso na representação de reações químicas comuns (neutralização, combustão, obtenção e identificação de hidrogênio, oxigênio, gás carbônico, água, etc.).
- c - Massa atômica, mol e massa molar: conceitos e cálculos.
- d - Leis ponderais e volumétricas. Cálculos estequiométricos.

3.6. Soluções Líquidas.

- a - Soluções e solubilidade: conceitos e aplicações.
- b - Concentração de soluções: em g/L, em mol/L e percentuais. Cálculos.
- c - Relações qualitativas entre a pressão de vapor, temperaturas de congelação e ebulição e a concentração de soluções de solutos não-voláteis.

3.7. Termoquímica.

- a - Reações exotérmicas e endotérmicas: conceito, representação e aplicações.
- b - Variação de entalpia: Conceito. Lei de Hess. Cálculos.

3.8. Cinética e Equilíbrio Químico.

- a - Velocidade de uma reação química: conceito e aplicações.
- b - Influência da natureza dos reagentes, concentração, temperatura e catalisadores na velocidade de uma reação química.
- c - Equilíbrio dinâmico em sistemas químicos: conceito e aplicações.
- d - Princípio de Le Chatelier. Aplicações.

3.9. Ácidos e Bases.

- a - Propriedades gerais de ácidos e bases.
- b - Definições de Arrhenius: ácidos e bases; neutralização.
- c - Ácidos e bases fortes e fracos: aspectos qualitativos.
- d - Indicadores ácido-base: conceito e utilização.
- e - pH: conceito e escala.
- f - Solução tampão: conceito e funcionamento.

3.10. Eletroquímica.

- a - Eletrólitos e solução eletrolítica: conceitos e aplicações.
- b - Células eletroquímicas: componentes e funcionamento.
- c - Oxidação e redução: conceito e identificação de semi-equações.
- d - Eletrólise: conceito e aplicações.

3.11. Química Ambiental.

- a - Poluição do ar: principais poluentes.
- b - Poluição da água: principais poluentes.

3.12. Química Descritiva.

- a- Ocorrência e obtenção de elementos e substâncias.
- b- Principais aplicações de substâncias industrialmente importantes: hidrogênio, metais alcalinos, metais alcalinos terrosos, ouro, ferro, alumínio, hidróxido de sódio, hidróxido de cálcio, amônia, ácido nítrico, ácido clorídrico e ácido sulfúrico.

3.13. Química Orgânica.

- a - Substâncias orgânicas: conceito, fontes naturais e usos mais comuns.
- b - Funções da Química Orgânica: caracterização por grupos funcionais de hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos, álcoois, éteres, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos, ésteres, aminas, amidas e fenóis.
- c - Fórmulas empírica, molecular e de Kekulé: conceitos e aplicações.
- d - Notação e nomenclatura de compostos mais comuns pertencentes às funções hidrocarboneto alifático e aromático, álcool, éter, aldeído, cetona, fenol, ácido carboxílico, amina e amida.
- e - Estrutura das substâncias orgânicas: carbono tetraédrico, trigonal e digonal; fórmulas tridimensionais e projeções.
- f - Substâncias saturadas e insaturadas: distinção em termos de ligações simples e múltiplas; reações de diferenciação.
- g - Isomeria plana, funcional, de posição, de cadeia e espacial: conceito e reconhecimento.
- h - Relação entre ponto de fusão, de ebulição e solubilidade e a estrutura das substâncias orgânicas.
- i - Reações orgânicas: combustão completa de hidrocarbonetos e álcoois.

Referência Bibliográfica:

CARVALHO, Geraldo Camargo de. *Química Moderna*. São Paulo: Scipione, Vol. 1, 2 e 3, 1995.

FELTRE, Ricardo. *Química*. São Paulo: Moderna, Vol 1,2 e 3, 2000.

NOVAIS, Vera Lúcia Duarte de. *Química*. São Paulo: Atual, Vol 1, 2 e 3, 1999.

USBERCO, João e SALVADOR, Edgard. *Química*. São Paulo: Saraiva, Vol 1, 2 e 3, 2002.

MORTIMER, Eduardo Fleury e Machado, Andréa Horta. *Química para o Ensino Médio* São Paulo: Scipione, Vol. único Série Parâmetros, 2003, 1ª edição.

REIS, Martha. *InterAtividade Química: cidadania, participação e transformação*: volume único. São Paulo: FTD, 2003 - (Coleção Delta).

4. PROGRAMA DE FÍSICA.

4.1. Mecânica.

- a - Especificação da posição de partículas: referencial.
- b - Velocidade média e velocidade instantânea: Movimento retilíneo uniforme: descrição gráfica e analítica.
- c - Aceleração média e aceleração instantânea. Movimento retilíneo uniformemente variado: descrição gráfica e analítica. Queda livre dos corpos.
- d - Vetores, componentes de um vetor. Adição de vetores: método geométrico.
- e - Composição de movimentos na mesma direção e em direções perpendiculares.
- f - Movimento circular uniforme. Aceleração centrípeta.
- g - 1a. Lei de Newton, equilíbrio de uma partícula. Peso de um corpo, reação normal e força de atrito.
- i - Força, massa e aceleração: 2a. lei de Newton. Movimento de corpos sob a ação de forças constantes.
- j - Forças de ação e reação: 3a. lei de Newton.
- h - Densidade, pressão atmosférica e pressão nos fluidos. Princípio de Pascal. Princípio de Arquimedes. Equilíbrio dos fluidos.

k – Gravitação Universal; Movimento dos planetas: Leis de Kepler.

l - Trabalho de uma força constante. Potência. Energia cinética. Relação entre trabalho e energia cinética.

m - Energia potencial gravitacional e energia potencial elástica. Conservação da energia mecânica.

n - Colisões elásticas e inelásticas em uma e duas dimensões.

4.2. Termodinâmica.

a - Temperatura. Escalas termométricas Celsius e Kelvin. Dilatação térmica de sólidos e líquidos, coeficiente de dilatação. Dilatação da água.

b - Transformações de um gás ideal: isotérmica, isovolumétrica e isobárica. Modelo cinético de um gás ideal: interpretações cinético-moleculares da pressão e da temperatura.

c - Calor, trabalho e energia interna. Equivalente mecânico da caloria. Capacidade térmica e calor específico.

d - Transferência de calor: condução, convecção e radiação. Mudanças de fase.

e – Primeira Lei da Termodinâmica. Conservação da Energia. Aplicações. Transformação adiabática.

4.3. Vibrações e Ondas.

a - Movimento harmônico simples: período, frequência, amplitude. Aplicações: mola elástica e pêndulo simples.

b – Ondas mecânicas: frequência, comprimento de onda e velocidade de propagação. reflexão, refração, difração e interferência de ondas mecânicas.

c - Ondas transversais e longitudinais. O som: altura, intensidade e timbre. Reflexão do som; eco.

4.4. Ótica

a - Propagação e reflexão da luz. Espelhos planos e espelhos esféricos. Formação de imagens reais e virtuais de objetos reais: estudo gráfico e analítico.

b - Refração da luz, índice de refração, reflexão total. Dispersão da luz branca em um prisma. Cor de um objeto.

c - Lentes esféricas delgadas. Formação de imagens reais e virtuais de objetos reais: estudo gráfico e analítico.

d - Natureza ondulatória da luz; difração e interferência com onda de luz.

4.5. Eletricidade

a - Carga elétrica. Eletrização por atrito e por indução. Condutores e isolantes. Interação entre cargas pontuais: lei de Coulomb.

b - Campo elétrico: natureza vetorial. Linhas de força. Campo de uma carga puntual e campo uniforme.

c - Corrente elétrica, diferença de potencial, resistência elétrica Lei de Ohm. Efeito Joule: aplicações usuais. Associação de resistências em série e em paralelo.

d - Gerador de corrente contínua. Força eletromotriz e resistência interna de um gerador. Circuitos elétricos de uma só malha.

e - Campo magnético; natureza vetorial. Campo magnético de uma corrente contínua em fios retilíneos e solenóides. Linhas de indução. Pólos de um ímã. Campo magnético uniforme. Campo magnético da terra.

f - Força exercida por um campo magnético sobre uma carga móvel e sobre um condutor. Princípio de funcionamento dos motores elétricos e dos medidores de corrente e de tensão. Movimento de uma carga em um campo magnético uniforme.

g - Força eletromotriz induzida. Fluxo magnético. Lei de Faraday e lei de Lenz. Princípio de funcionamento dos geradores de corrente alternada.

h - Conceitos básicos sobre ondas eletromagnéticas. Velocidade de propagação. O espectro eletromagnético. A luz como uma onda eletromagnética.

Referência Bibliográfica:

MÁXIMO, Antônio. *Física*: volume único / Antônio Máximo [e] Beatriz Alvarenga. Editora Scipione.

PARANÁ, Djalma Nunes. *Física* / Djalma Nunes Paraná. Editora Ática

GUIMARÃES, Luiz Alberto. *Física para o 2º Grau* / Luiz Alberto Guimarães [e] Marcelo Fonte Boa. Editora Harbra

AMALDI, Hugo. *Imagens da Física* / Ugo Amaldi. Editora Scipione.

5. PROGRAMA DE BIOLOGIA.

5.1. Características dos seres vivos.

5.2. Níveis de organização dos seres vivos

5.3. Bioquímica das células

5.4. Metabolismo celular :

5.4.1. Fermentações;

5.4.2. Respiração;

5.4.3. Fotossíntese.

5.5. Tipos de células

5.6. Membranas celulares

5.7. Citoplasma e núcleo das células

5.8. Reprodução sexuada e assexuada

5.9. Histologia básica

5.10. Noções de primeiros socorros

5.11. Doenças sexualmente transmissíveis

5.12. Doenças causadas por: vírus, bactérias, protozoários e vermes

5.13. O corpo humano:

5.13.1. Homeostase;

5.13.2. Nutrição;

5.13.3. Circulação;

5.13.4. Respiração;

5.13.5. Excreção;

5.13.6. Sistema nervoso;

5.13.7. Hormônios;

5.13.8. Órgãos dos sentidos;

5.13.9. Sistema reprodutor.

5.14. Meio ambiente e ecologia.

- 5.15. Degradação e dano ambiental.
- 5.16. Poluição ambiental
- 5.17. Energia e matéria nos ecossistemas
- 5.18. Ecossistemas do estado de Minas Gerais
- 5.19. Gametogênese humana
- 5.20. Hereditariedade:
 - 5.20.1. Leis de Mendel;
 - 5.20.2. Cromossomos;
 - 5.20.3. Probabilidades;
 - 5.20.4. Tipos de herança e genealogias;
 - 5.20.5. Anomalias genéticas no homem
- 5.21. Noções sobre o reino vegetal:
 - 5.21.1. Briófitas;
 - 5.21.2. Pteridófitas;
 - 5.21.3. Gimnospermas;
 - 5.21.4. Angiospermas
- 5.22. Evolução:
 - 5.22.1. Origem da vida;
 - 5.22.2. Teorias da evolução;
 - 5.22.3. Causas genéticas;
 - 5.22.4. Seleção natural;
 - 5.22.5. Seleção artificial;
 - 5.22.6. Adaptação;
 - 5.22.7. Surgimento de novas espécies;
 - 5.22.8. Origens do homem

Referência Bibliográfica:

ALBERTS B., BRAY D., JOHNSON A., LEWIS J., RAFF M., ROBERTS K., WALTER P. *Fundamentos da biologia celular*. 3.ed. (traduzida) Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1999. 757p.

AMABIS J.M., MARTHO G. R. *Fundamentos da biologia moderna*. 2.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997. 662p.

GRIFFITHS A.J.F., GELBART W.M., MILLER J.H., LEWONTIN R.C. *Genética moderna*. 1.ed. (traduzida) Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 589P.

RAVEN P.H., EVERT R.F., EICHHORN S.E. *Biologia vegetal*. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 906p.

6. PROGRAMA DE HISTÓRIA.

- 6.1. Formação do mundo moderno
 - 6.1.1. A crise do feudalismo

- 6.1.2. Humanismo e Renascimento
- 6.1.3. Reformas e conflitos religiosos
- 6.1.4. O imaginário europeu às vésperas das viagens transoceânicas
- 6.1.5. Os povos indígenas nas Américas
- 6.1.6. As grandes navegações e uma nova dimensão do mundo
- 6.1.7. O Novo Mundo: conquistas e conflitos
- 6.1.8. O Antigo Regime
- 6.1.9. Os processos de colonização das Américas
- 6.1.10. Revolução Científica
- 6.1.11. Economia e trabalho nas Américas
- 6.1.12. Sociedade e cultura nas Américas

- 6.2. A emergência da ordem liberal
 - 6.2.1. Revolução Inglesa
 - 6.2.2. Iluminismo
 - 6.2.3. Revolução Francesa
 - 6.2.4. Revolução Industrial
 - 6.2.5. Mundos do trabalho: transformações e conflitos
 - 6.2.6. Liberalismo
 - 6.2.7. Revoltas e rebeliões nas Américas
 - 6.2.8. Independências nas Américas
 - 6.2.9. Contra-Revolução e Restauração
 - 6.2.10. Ciência, técnica e tecnologia.

- 6.3. Consolidação e expansão do capitalismo
 - 6.3.1. Consolidação da ordem institucional burguesa
 - 6.3.2. As jornadas de 1830 e 1848
 - 6.3.3. O processo de consolidação dos Estados e as sociedades nas Américas.
 - 6.3.4. Utopia e revolução: anarquismo, socialismo e marxismo
 - 6.3.5. Conflitos e consolidação do Império brasileiro
 - 6.3.6. Contestação social: trabalhadores e sindicatos
 - 6.3.7. Ciência e tecnologia
 - 6.3.8. Crise da ordem imperial brasileira: abolicionismo e republicanismo
 - 6.3.9. Nacionalismo, imperialismo e colonialismo
 - 6.3.10. Fim de século: inquietações religiosas, filosóficas e estéticas

- 6.4. O mundo entre dois conflitos
 - 6.4.1. Primeira Guerra Mundial
 - 6.4.2. A expansão econômica dos EUA e o surgimento de uma nova potência
 - 6.4.3. O processo revolucionário na Rússia e a formação da URSS
 - 6.4.4. Repúblicas oligárquicas no Brasil e na América Hispânica
 - 6.4.5. Fascismo, nazismo e novos movimentos de direita
 - 6.4.6. A crise de 1929 e suas repercussões
 - 6.4.7. A crise da década de 1920 e o movimento de 1930 no Brasil
 - 6.4.8. Emergência de movimentos populares e nacionalistas na América Latina
 - 6.4.9. A polarização ideológica e o Estado Novo no Brasil
 - 6.4.10. Segunda Guerra Mundial

- 6.5. A emergência de uma ordem bipolar
 - 6.5.1. Guerra Fria
 - 6.5.2. Estado de Bem-estar Social
 - 6.5.3. Os conflitos no Oriente Médio
 - 6.5.4. Crise da ditadura varguista e redemocratização no Brasil
 - 6.5.5. Descolonização

- 6.5.6. Expansão do modelo soviético
- 6.5.7. Nacionalismo e desenvolvimentismo na América Latina
- 6.5.8. Novos padrões de comportamento e sociabilidade
- 6.5.9. Cultura e sociedade na América Latina
- 6.5.10. Revoluções, ditaduras e redemocratização na América Latina

6.6. Uma nova ordem mundial

- 6.6.1. Neoliberalismo
- 6.6.2. Globalização e regionalização
- 6.6.3. Nacionalismos e fundamentalismos
- 6.6.4. Revolução científico-tecnológica e reordenamento do mundo do trabalho
- 6.6.5. Crise do mundo comunista e fim da Guerra Fria
- 6.6.6. Transformações e conflitos contemporâneos

Referência Bibliográfica:

NADAI, Elza e NEVES, Joana. *História do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil; o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDIUSP/FDE, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos; o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Editora Ática, 2003. Série Novo ensino médio [volume único].

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, [et al]. *História das Sociedades: das sociedades modernas às atuais*. 26ª edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

PZZINATO, Alceu e SENISE, Maria Helena. *História Moderna e Contemporânea*. 14ª edição. São Paulo: Ática, 2002.

MOTA, Myriam Becho e BRIK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2002.

7 – PROGRAMA DE GEOGRAFIA

7. 1. RECURSOS NATURAIS, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE.

- a – Espaço, paisagem e lugar, o homem e a organização do espaço.
- b – Os recursos naturais: tipos, importância e aproveitamento.
- c – As atividades humanas e as questões ambientais.
- d – A estrutura da superfície terrestre, a evolução e as formas de relevo.
- e – A atmosfera e os fenômenos meteorológicos e climáticos.
- f – O solo, a vegetação e a fauna.
- g – Os rios: bacias hidrográficas e regimes fluviais.
- h – Os recursos energéticos: distribuição espacial, fontes tradicionais, fontes alternativas de energia, problemática energética da atualidade.

7. 2. POPULAÇÃO, DINÂMICA E CONDIÇÕES DE VIDA.

- a – Estrutura, Dinâmica, Distribuição espacial e Mobilidade.
- b – População urbana e rural.
- c – Urbanização mundial.

7. 3. O ESPAÇO INDUSTRIAL.

- a – Evolução e classificação das indústrias.
- b – Fatores de localização industrial: concentração e desconcentração.
- c – A indústria na era da globalização.

7. 4. O ESPAÇO AGRÁRIO.

- a – As atividades agrárias no mundo.
- b – Os sistemas ou modos de produção agrícolas.
- c – Mudanças na agricultura num mundo tecnológico.

7. 5. PRODUÇÃO, DINÂMICA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL.

- a – As grandes unidades geológicas, morfológicas e fitoclimáticas da Terra.
- b – Os aspectos geográficos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.
- c – Características humanas e econômicas dos países capitalistas e socialistas desenvolvidos.
- d – Diversidade política, humana e econômica dos países do Terceiro Mundo.
- e – Globalização e pluralidade cultural: conflitos regionais e tensões no mundo atual.

7. 6. PRODUÇÃO, DINÂMICA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

- a – O espaço natural: geologia, relevo, clima, vegetação e hidrografia.
- b – A população: comportamento demográfico, estrutura, distribuição espacial e mobilidade.
- c – O espaço rural: importância das atividades agrícolas na economia, estrutura fundiária, política agrícola e modernização da agricultura.
- d – A urbanização: tendências recentes e problemas urbanos.
- e – A indústria: sua importância econômica, problemas e perspectivas.
- f – Os recursos minerais e energéticos: produção e consumo, conservação e esgotamento.
- g – A circulação, o comércio e o transporte e suas implicações na organização do espaço.
- h – O comércio: mercado interno e as relações comerciais externas.
- i – Os diversos tipos de divisões regionais do território.
- j – As regiões geográficas.
- k – Causas e conseqüências das desigualdades regionais.

7. 7. REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.

O espaço e sua representação: o globo terrestre e os mapas, cartografia, projeções cartográficas, novas tecnologias cartográficas, a cartografia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios sócio-espaciais*. São Paulo: Moderna, 2004.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. *Geografia: geral e do Brasil*: volume único. São Paulo: Ática, 2002.

BOLIGIAN, Levon. *Geografia: espaço e vivência*: volume único. São Paulo: Atual, 2004.

GARCIA, Helio Carlos. *Geografia: de olho no mundo do trabalho*: volume único para o ensino médio. São Paulo: Scipione, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *Geografia: paisagem e território: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2001.

SENE, Eustáquio de. *Geografia geral e do Brasil: o espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione, 1998.

TAMDJAIM, James Onnig. *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço*: volume único. São Paulo: FTD, 2004.

TERRA, Lygia. *Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e sócio-econômico*: volume único. São Paulo: Moderna, 2005.

8. NOÇÕES DE INFORMÁTICA.

8.1. Windows 98.

8.1.1. Conceitos básicos.

8.1.2. Explorando a interface com o usuário do Windows 98.

8.1.3. Trabalhando com ferramentas de Sistema.

8.1.4. Configuração de tecnologia da internet.

8.1.5. Usando o painel de controle.

8.1.6. Trabalhando com impressoras.

8.2. Microsoft Office Word 7

8.2.1. Conceitos básicos.

8.2.2. Processamento de texto.

8.2.2.1. Digitando o texto.

8.2.2.2. Editando o texto.

8.2.2.3. Aplicando formatação.

8.2.2.4. Verificando a ortografia.

8.2.3. Salvando e abrindo documento.

8.2.4. Imprimindo um documento.

8.2.5. Editando documentos.

8.2.6. Criando um documento.

8.2.7. Selecionando texto.

8.2.8. Formatação de texto.

8.2.9. Definições de parágrafo.

8.2.10. Manipulando o texto.

8.2.11. Visualização de páginas.

8.2.12. Marcadores e numeração.

8.2.13. Cabeçalho e rodapé.

8.2.14. Localizando e substituindo texto.

8.2.15. Ortografia e gramática.

8.2.16. Layout de documentos

8.2.17. Colunas, tabelas e bordas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

GRASDAL, Martins (Ed. Téc). *Windows: instalação, uso, solução de problemas*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003. 436p.

VARGAS, Elton da Silva. ANDRADE, Denise de Fátima. *Word: guia prático*. São Paulo: Viena, 2004. 126p.

9. PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS

9.1. O fundamento dos direitos do homem:

9.1.1. Situação do homem no mundo;

9.1.2. Humanismo - a pessoa humana e seus direitos.

9.1.3. Os direitos do homem e a conduta humana.

9.2. Direitos Humanos – Evolução

9.2.1 Antiquidade;

9.2.2 Do pensamento cristão medieval à Revolução Francesa ;

9.2.3 Do Estado Liberal ao Estado Social ;

9.2.4 A crise do Estado Social;

9.2.5 A questão da democracia na atualidade: a reivindicação por novos direitos.

9.3. Garantias processuais dos direitos humanos:

9.3.1 Habeas corpus; Habeas data; Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública; Mandado de Injunção; Ações Coletivas. Princípios Processuais Constitucionais.

9.4. A proteção internacional dos Direitos do Homem:

9.4.1 A generalização da proteção internacional dos Direitos Humanos;

9.4.2. Magna Carta, 1215; Lei do Hábeas Corpus – Inglaterra, 1679; Bill of Rights – Inglaterra, 1689. As declarações de direitos da Revolução Francesa; A Constituição Francesa de 1848; A Convenção de Genebra de 1864; A Constituição Mexicana de 1917; A Constituição Alemã de 1919; A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Os pactos internacionais de Direitos Humanos de 1966; A Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969; A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos, 1981; A Convenção sobre a Diversidade Biológica, 1992.

9.5. Os Direitos Humanos na Constituição da República;

9.5.1 Dos direitos individuais e coletivos;

9.5.2 Dos direitos sociais;

9.5.3 Da nacionalidade;

9.5.4 Dos direitos políticos;

9.5.5 Direitos econômicos.

9.6. Teoria da indivisibilidade dos Direitos Humanos e a luta pelos direitos na atualidade. A luta por reconhecimento pelos diversos grupos sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOBBIO, Norberto, A Era dos Direitos, Rio de Janeiro, Campus, 1992;

COMPARATO, Fábio Konder, A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, 3ª. edição, São Paulo, Saraiva: 2004;

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de, Direitos Humanos, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000;

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de, *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, t. I.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado, A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

ANEXO II – TESTE DE TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Os testes de capacidade física, de caráter eliminatório, serão realizados através de 04 (quatro) modalidades devendo os candidatos obterem, para aprovação, o índice mínimo de 40% (quarenta por cento) dos pontos distribuídos:

TESTE 1

FLEXÃO DE BRAÇO

Manter o corpo apoiado de frente ao solo (decúbito frontal), os braços estendidos, cotovelos próximo do corpo, mãos abertas e afastadas na largura dos ombros, pernas estendidas (sem tocar o joelho ao solo) e pés juntos. Flexionar os braços para levar a caixa torácica até o solo e voltar a posição inicial, fazendo a extensão completa dos braços. Durante o movimento evitar aumentar excessivamente a curvatura lombar.

TABELA DE PONTOS:

Candidatos dos sexo feminino		Candidatos do sexo masculino	
Número de repetições	Pontos	Número de repetições	Pontos
10	02	20	02
11	04	21	04
12	06	22	06
13	08	23	08
14	10	24	10
15	12	25	12
16	14	26	14
17	16	27	16
18	18	28	18
19	20	29	20
20	22	30	22
21	24	31	24
22 ou mais	25	32 ou mais	25

TESTE 2

AGILIDADE E COORDENAÇÃO MOTORA

O candidato coloca-se no ponto de partida. Ao ouvir o comando, deverá pegar o primeiro toquinho de madeira (obedecendo a seqüência numérica), e deslocar a distância de 10 metros, onde esse toquinho terá que ser colocado no solo (obedecendo a cor correspondente ao mesmo). O candidato irá realizar esse deslocamento por 04 (quatro) vezes ininterruptas em menor tempo possível. São 04 (quatro) toquinhos de madeira em cores distintas.

Candidatos dos sexo feminino	Candidatos do sexo masculino
------------------------------	------------------------------

Resultado (em segundos)	Pontos	Resultado (em segundos)	Pontos
32,5 a 33,4	03	25,3 a 25,6	03
31,5 a 32,4	05	24,9 a 25,2	05
30,5 a 31,4	07	24,5 a 24,8	07
29,5 a 30,4	09	24,1 a 24,4	09
28,5 a 29,4	11	23,7 a 24,0	11
27,5 a 28,4	13	23,3 a 23,6	13
26,5 a 27,4	15	22,9 a 23,2	15
25,5 a 26,4	17	22,5 a 22,8	17
24,5 a 25,4	19	22,1 a 22,4	19
23,5 a 24,4	21	21,7 a 22,0	21
22,5 a 23,4	23	21,3 a 21,6	23
21,5 a 22,4	25	20,9 a 21,2	25

TESTE 3

60 METROS RASOS

O candidato se coloca atrás da linha de partida, em posição ereta. Após um sinal sonoro, deverá correr, no menor tempo possível, a distância de 60 metros.

Candidatos do Sexo feminino		Candidatos do sexo masculino	
Resultado (em segundos)	Pontos	Resultado (em segundos)	Pontos
12"49 a 12"99	02	11"49 a 11"99	02
11"98 a 12"48	04	10"98 a 11"48	04
11"47 a 11"97	06	10"47 a 10"97	06
10"96 a 11"46	08	9"96 a 10"46	08
10"45 a 10"95	10	9"45 a 9"95	10
9"94 a 10"44	13	8"94 a 9"44	13

9"43 a 9"93	16	8"43 a 8"93	16
8"92 a 9"42	19	7"92 a 8"42	19
8"41 a 8"91	22	7"41 a 7"91	22
7"90 a 8"40	25	6"90 a 7"40	25

TESTE 4
TESTE DE COOPER

A avaliação aeróbica medirá a distância coberta pelo candidato em 12 (doze) minutos sobre terreno plano, em estilo livre. Candidatos dos sexos masculino e feminino.

Candidatos dos sexo feminino		Candidatos do sexo masculino	
Resultado	Pontos	Resultado	Pontos
1.400 a 1.500	04	1.600 a 1.700	04
1.501 a 1.600	06	1.701 a 1.800	06
1.601 a 1.700	08	1.801 a 1.900	08
1.701 a 1.800	10	1.901 a 2.000	10
1.801 a 1.900	12	2.001 a 2.100	12
1.901 a 2.000	14	2.101 a 2.200	14
2.001 a 2.100	16	2.201 a 2.300	16
2.101 a 2.200	18	2.301 a 2.400	18
2.201 a 2.300	20	2.401 a 2.500	20
2.301 a 2.400	22	2.501 a 2.600	22
2.401 a 2.500	24	2.601 a 2.700	24
2.501 ou mais	25	2.701 ou mais	25

ANEXO III
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Endereços das Delegacias Regionais de Polícia Civil existentes em Minas Gerais

01ª Delegacia Regional de Polícia Civil – IPATINGA
Avenida João Valentim Pascoal, nº 309 - Centro

02ª Delegacia Regional de Polícia Civil – CURVELO
Avenida Dom Pedro II, s/nº - Centro

03ª Delegacia Regional de Polícia Civil – MANHUAÇU
Avenida Melo Viana nº 222 – Bairro Pedregal.

04ª Delegacia Regional de Polícia Civil – FORMIGA
Rua Coronel Manoel Justino Nunes, nº 10 - Centro

05ª Delegacia Regional de Polícia Civil - GOVERNADOR VALADARES
Rua Israel Pinheiro, nº 4043 - Bairro de Lourdes

06ª Delegacia Regional de Polícia Civil – GUANHÃES
Avenida Governador Milton Campos nº 2942 – Centro.

07ª Delegacia Regional de Polícia Civil – JUIZ DE FORA
Rua Custódio Tristão nº 76 – Bairro Santa Terezinha.

08ª- MONTES CLAROS
Avenida Professor Vicente Guimaraes nº 381 – B.airro Sagrada Família

09ª Delegacia Regional de Polícia Civil – BARBACENA
Rua General Câmara, nº 20 - Centro

10ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PATOS DE MINAS
Rua dos Carajás, nº 461 - Bairro Caiçaras

11ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PEDRA AZUL
Praça Pacifico Faria, nº 404 - Centro

12ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PONTE NOVA
Rua Felisberto Leopoldo, nº 262 - Bairro Santa Tereza

13ª Delegacia Regional de Polícia Civil – POUSO ALEGRE
Rua Silvestre Ferraz, nº 362 - Centro

14ª- Delegacia Regional de Polícia Civil – TEÓFILO OTONI
Rua Dom José de Haas, nº 200 - Bairro São Diogo

15ª Delegacia Regional de Polícia Civil – UBERABA
Rua Luiz Próspero, nº 242 - Parque das Américas

16ª Delegacia Regional de Polícia Civil – UBERLÂNDIA
Rua Rio Grande do Norte, nº 1425 - Bairro Umuarama

17ª Delegacia Regional de Polícia Civil – LEOPOLDINA
Rua José de Souza Lima, nº 115 - Bairro Bela Vista

18ª Delegacia Regional de Polícia Civil – GUAXUPÉ
Avenida Dona Floriana, nº 272 - Centro

19ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ALFENAS
Rua Gabriel Monteiro da Silva, nº 1210 – Centro.

20ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ITUIUTABA
Avenida Trinta e Um , nº 1468 - Centro

21ª Delegacia Regional de Polícia Civil – DIVINÓPOLIS
Praça do Mercado, nº 477 – Centro

22ª Delegacia Regional de Polícia Civil – JANAÚBA
Avenida Manoel Atayde , nº 497 - Centro

23ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PARACATU
Praça Euzebio, nº 100 - Centro

24ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PASSOS
Praça Cel. Francisco Gomes nº 46 – Centro.

25ª Delegacia Regional de Polícia Civil – POÇOS DE CALDAS
Avenida José Remígio Prévía, nº 492 - Jardim dos Estados

26ª Delegacia Regional de Polícia Civil – CONSELHEIRO LAFAIETE
Rua Rodrigues Maia nº 455 – Bairro Angélica.

27ª Delegacia Regional de Polícia Civil – JOÃO MONLEVADE
Avenida Getúlio Vargas nº 2387 – Bairro Baú.

28ª Delegacia Regional de Polícia Civil – BOM DESPACHO
R. Doutor Juca nº 280 - Bairro Realengo.

29ª Delegacia Regional de Polícia Civil – SETE LAGOAS
R. Rui Barbosa nº 157 – Bairro Santa Helena.

30ª Delegacia Regional de Polícia Civil – LAVRAS
BR. 265 nº 215 – Bairro Serra Verde.

31ª Delegacia Regional de Polícia Civil – DIAMANTINA
Avenida João Antunes de Oliveira, s/nº - Bairro Cazuza

32ª Delegacia Regional de Polícia Civil – UBÁ
R. Antenor Machado nº 339 – Centro.

33ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ITAJUBÁ
Rua Antônio Corrêa Cardoso, nº 40 - Bairro Varginha

34ª Delegacia Regional de Polícia Civil – TRÊS CORAÇÕES
Avenida Deputado Renato Azeredo nº 1360 - Bairro Novo Horizonte

35ª Delegacia Regional – SÃO JOÃO DEL REI
R. Balbino da Cunha nº 09 – Centro.

36ª Delegacia Regional de Polícia Civil – CARATINGA
Avenida João Caetano do Nascimento nº 717 – Bairro Limoeiro.

37ª Delegacia Regional de Polícia Civil – CAPELINHA
Rua Augusto Barbosa nº 52 – Bairro Maria Lúcia

38ª Delegacia Regional de Polícia Civil – MURIAÉ
Rua José de Freitas Lima, nº 02 - Bairro Safira.

39ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PIRAPORA
Rua Benjamin Constant, nº 183 - Bairro Santos Dumont

40ª Delegacia Regional de Polícia Civil – NANUQUE
Rua São Lourenço, nº 155 - Centro.

41ª Delegacia Regional de Polícia Civil – SÃO LOURENÇO
Avenida Damião Junqueira de Souza nº 167 - Bairro Federal.

42ª Delegacia Regional de Polícia Civil – FRUTAL
Rua Olavo Bilac, nº 255 - Centro

43ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ARAXÁ
Rua Cecilio Salomão, nº 110 - Centro

44ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ALMENARA
Rua Livio Fróis Otoni, nº 96 - Centro

45ª Delegacia Regional de Polícia Civil – JÁNUÁRIA
Rua Dom Daniel, nº 91 - Centro

46ª Delegacia Regional de Polícia Civil – VARGINHA
Praça João Gonzaga, nº 79 - Centro

47ª Delegacia Regional de Polícia Civil – PARÁ DE MINAS
Praça Afonso Pena, nº 55 - Centro

48ª Delegacia Regional de Polícia Civil – SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
Rua Sargento Lima, nº 250 - Bairro São Judas Tadeu

49ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ITABIRA
Rua Major Paulo, nº 10 - Bairro Penha

50ª Delegacia Regional de Polícia Civil – UNAÍ
Rua Alba Gonzaga, nº 145 - Centro

51ª Delegacia Regional de Polícia Civil – ARAGUARÍ
Rua Manoel da Cruz Pova, nº 100 - Bairro Industrial

52ª Delegacia Regional de Polícia Civil – CAMPO BELO
Rua Juca Escrivão, nº 280 - Vila Augusto Ribeiro